



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

PATRICK KERR NOGUEIRA MENDES

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS OCASIONADOS PELA REALIZAÇÃO
DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, NO BRASIL, EM 2014**

Campinas

2015

PATRICK KERR NOGUEIRA MENDES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS OCASIONADOS PELA REALIZAÇÃO
DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, NO BRASIL, EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Linhares Rossi.

**Campinas
2015**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer imensamente à minha mãe, Regina, sem a qual não teria alcançado nada em minha vida. Gostaria de agradecer à minha companheira, Gabriela, e à minha melhor amiga, Ana Baraldi, por todo o apoio que sempre me deram. Sem elas, este trabalho não teria sido concluído.

Gostaria também de agradecer ao Professor Pedro Rossi, pela paciência e orientação, ao Professor Proni, à Professora Ana Rosa, e por último, mas não menos importante, à Regina, por toda a ajuda que sempre me prestou.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – OS EFEITOS MULTIPLICADORES DO GASTO PÚBLICO NUMA ECONOMIA NACIONAL.....	10
1.1 Os Keynesianos.....	11
1.2 O Princípio da Demanda Efetiva	12
1.3 Demanda Agregada e o Multiplicador Keynesiano	13
1.4 Multiplicador Fiscal e Matriz Insumo Produto	16
CAPÍTULO 2 - IMPACTOS DAS COPAS DO MUNDO DE 2002 A 2010	19
2.1 Análises <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i>	21
2.2 A Copa do Mundo FIFA.....	23
2.3 Últimas Edições.....	24
2.3.1 – Japão e Coréia do Sul (2002)	24
2.3.2 – Alemanha (2006)	25
2.3.3 – África do Sul (2010)	26
CAPÍTULO 3 – A COPA DO MUNDO DE 2014 – O CASO BRASILEIRO	30
3.1 O Anúncio	30
3.1.1 A Organização.....	32
3.1.2 A Legislação	33
3.1.3 As PPPs	35
3.2 A Copa e as Decisões de Investimento.....	37
3.2.1 Distribuição Global dos Investimentos.....	38
3.2.3 Estudos <i>Ex-Ante</i>	41
3.3 Os Impactos Econômicos – Análise <i>Ex-Post</i>	47
3.4 Gastos Provenientes do Turismo	49
3.5 Efeitos Setoriais	50
3.6 Legados Culturais e de Infraestrutura.....	54
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

RESUMO

OS IMPACTOS ECONÔMICOS OCACIONADOS PELA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, NO BRASIL, EM 2014

O objetivo do presente trabalho é, a partir da literatura, mapear os impactos econômicos de várias naturezas advindos da realização dos megaeventos esportivos, sejam eles macroeconômicos, setoriais, ou na conta de viagens internacionais do balanço de pagamentos. Cabe ressaltar que por tratar-se de um evento recém realizado, há uma carência de análises ex-post, e, portanto, realizou-se uma avaliação das metodologias dos estudos ex-ante e potenciais efeitos positivos e negativos do advento da Copa do Mundo.

Dessa forma, o estudo possui por hipótese central a ideia de que os megaeventos esportivos realizados em território brasileiro (principalmente a Copa do Mundo de Futebol) ocasionarão impactos econômicos significativos em alguns setores da economia e negativos em outros.

Após a realização da Copa do Mundo, observa-se melhorias em setores pontuais do comércio, bem como deterioração em outros, além de um “boom” no balanço de pagamentos nos meses de realização da Copa. Com a ausência de estudos e relatórios ex-post, torna-se difícil avaliar com precisão os resultados no campo macroeconômicos.

Palavras-chave: gasto, multiplicador, Copa do Mundo.

INTRODUÇÃO

O Brasil se encontra em um momento no qual acaba de receber a Copa do Mundo de 2014 e se prepara para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro – os dois mais importantes megaeventos esportivos mundiais.

A controvérsia se atém à questão de se realizar a Copa do Mundo é algo positivo para o país sede, da legitimidade da alocação de recursos públicos para custeamento do evento, sobre aos impactos e legados deixados nas cidades-sede e no país como um todo, além de incontáveis outros aspectos envolvidos na preparação para tais megaeventos. Existe um interesse especial tanto nos aspectos políticos quanto nos aspectos econômicos envolvidos na realização de megaeventos, que aparecem de maneira recorrente nos meios de comunicação, independente de sua especialidade. Nesses momentos, a capacidade de organizar eventos esportivos desse porte é colocada em xeque, sendo contestada a sua real eficácia e contribuição para a economia, principalmente a dos países em desenvolvimento. Por outro lado, está sendo também questionada a real necessidade e a legitimidade dos gastos públicos necessários, bem como a sua prioridade, já que é preciso levar em consideração todos os custos de oportunidade envolvidos e, principalmente, o fato do Brasil ser um país ainda marcado por extrema desigualdade e precária qualidade de oferta de serviços públicos. (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014)

Se, por um lado, a Copa do Mundo pode gerar reflexos e benefícios em diversos setores da economia e da sociedade, sejam temporários ou duradouros, diretos ou indiretos, por outro, também apresenta vários riscos, necessitando de processos de gestão eficientes nos setores público e privado para que possa proporcionar esses benefícios à sociedade. Além disso, a realização de grandes eventos como esse também promove a colaboração entre os setores público e privado e, entre estes e as comunidades envolvidas. Afinal, o gasto público na Copa compromete o equilíbrio fiscal do governo federal?

Isso posto, torna-se imprescindível que surjam estudos e análises referentes ao assunto em questão, dado o momento histórico no qual o país se

encontra, uma vez que os indicadores relacionados às obras e outros temas relacionados despertam enorme interesse aos que buscam compreender o tema com a profundidade que o mesmo demanda.

Algumas questões serão colocadas para esta pesquisa:

- A realização da Copa do Mundo pode ser considerada um catalisador de investimento eficaz?
- Quais ramos de atividade são beneficiados e quais são prejudicados?
- O gasto público na Copa gera endividamento exagerado de governos estaduais e municipais?

A hipótese central desta pesquisa é a ideia de que os megaeventos esportivos realizados em território brasileiro (principalmente a Copa do Mundo de Futebol) ocasionarão impactos econômicos significativos em alguns setores da economia e negativos em outros, pois tendem a beneficiar apenas setores específicos do comércio e a prejudicar a indústria nacional. No campo macroeconômico, os impactos ainda são de difícil mensuração pois, como o evento foi realizado há pouco tempo, não existem informações oficiais e estudos que os comprovem.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é, a partir da literatura, mapear os impactos econômicos de varias naturezas advindos da realização dos megaeventos esportivos, sejam eles macroeconômicos, setoriais, ou na conta viagens internacionais do balanço de pagamentos.

Serão abordados nos capítulos 1, 2 e 3 desta monografia:

- abordagem teórica da escola Keynesiana, da demanda agregada e, o mais importante para o presente trabalho, o multiplicador do investimento e a demanda efetiva;
- estudos sobre megaeventos esportivos realizados anteriormente à Copa do Mundo de 2014, especialmente as Copa do Mundo de 2010

na África do Sul, de 2006 na Alemanha e a de 2002 na Coreia do Sul e Japão;

- debate sobre caso brasileiro especificamente; os números esperados inicialmente bem como os números “finais”; os dados e números dos principais setores afetados pelo megaevento, além de analisar e trazer uma conclusão sobre os benefícios econômicos e resultados finais ocasionados pela realização do megaevento esportivo.

A bibliografia consultada para a fundamentação teórica abordará alguns temas como: escola Keynesiana, Demanda Efetiva, Demanda Agregada e Multiplicador Keynesiano.

Para atingir os objetivos citados no primeiro item e discutir o tema referido, o trabalho percorrerá algumas etapas, tais como descritas a seguir.

Primeiramente, será feita uma introdução e estudo teórico a fim de tratar da questão do investimento e da intervenção governamental na economia de forma generalizada, bem como da demanda agregada, da demanda efetiva e do multiplicador do investimento, abordado principalmente pela teoria Keynesiana. Tal teoria será tomada como base para realizar a discussão acerca da questão do investimento público na economia e suas consequências e implicações.

Após a introdução será realizado outro estudo teórico da questão do investimento. Nesse caso será feito um estudo mais específico, voltado para a questão do investimento por conta da realização de megaeventos esportivos. Para realizar tal análise, será tomado como base, principalmente, o livro “Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos”, livro de autoria do Professor Marcelo Weishaupt Proni, Raphael Brito Faustino e Leonardo Oliveira da Silva. Por meio dele, será analisado de que maneira os megaeventos esportivos acarretam impactos nas economias e quais são os legados.

Em terceiro lugar, serão analisados os eventos ocorridos em anos anteriores, tais como a Copa do Mundo da Coreia do Sul e Japão, em 2002, a Copa

do Mundo da Alemanha, em 2006 e a Copa do Mundo na África do Sul, em 2010. Dessa forma, ter-se-á um maior embasamento teórico para desenvolver uma discussão acerca da hipótese de que tais eventos são positivos e quais são os legados e impactos ocasionados pelos mesmos. Para isso, serão utilizadas principalmente as obras de Kim, Gursoy e Lee (2006), Brenke e Wagner (2006) e Pillay e Bass (2008), que tratam, respectivamente, da Copa do Mundo na Coreia do Sul e Japão em 2002, da Copa da Alemanha em 2006 e da Copa do Mundo da África do Sul em 2010.

Por último, será efetuado um estudo isolado dos impactos nos diversos setores da economia.. Para isso, serão analisados os números e estatísticas desses setores e de que maneira esses números foram impactados pela realização do megaevento em solo brasileiro. Dessa forma, ao analisar *reports* e notícias que abordam estatísticas e números relacionados à Copa do Mundo de 2014, poder-se-á inferir alguma conclusão.

É pertinente ressaltar que por tratar-se de um evento recém realizado, há uma carência de análises ex-post. Dessa forma, o trabalho será centrado em avaliações e estudos ex-ante, bem como em avaliações de conteúdo jornalístico ex-post. Dessa forma, realizar-se-á uma avaliação das metodologias e potenciais efeitos positivos e negativos do advento da Copa do Mundo.

CAPÍTULO 1 – OS EFEITOS MULTIPLICADORES DO GASTO PÚBLICO NUMA ECONOMIA NACIONAL

A realização de um megaevento esportivo é fonte de gasto autônomo que possui efeitos multiplicadores cujo impacto final é o crescimento. Tais gastos alteram a dinâmica econômica e são mais concentrados no período.

Com isso, para ter um maior embasamento em relação a questão do gasto, é preciso entender como a macroeconomia explica o comportamento das variáveis agregadas e os impactos causados por variações na demanda efetiva.

De acordo com Sachs e Larrain B. (2000), toda economia está sujeita a flutuações no emprego, nas vendas, e produto interno bruto (PIB). O produto pode ter uma queda acentuada e a economia tem suas taxas de desemprego elevadas; ou ocorre uma superprodução e grande queda na taxa de desemprego. Afinal, o que dá origem a essas flutuações? O governo pode tomar medidas para estabilizar a economia e manter níveis altos de emprego?

Essas oscilações sempre foram motivo de apreensão para os macroeconomistas, as quais podem ser ilustradas pelas flutuações do produto e das taxas de desemprego no início da Grande Depressão na década de 1930.

O horrível custo social da Grande Depressão, durante a qual as taxas de desemprego ultrapassaram 20% da força de trabalho no mundo industrializado, deixou os economistas perplexos. A teoria clássica afirmava que o mercado de trabalho se ajustaria de modo que preservasse o pleno emprego da força de trabalho. Por que isto não estava acontecendo? (SACHS; LARRAIN B., 2000, p. 48).

A maior contribuição para se compreender a Grande Depressão e o nascimento da moderna Macroeconomia, ocorreu com a publicação da Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda por John Maynard Keynes, no ano de 1936.

Keynes assinalou a importância da demanda agregada e legitimou o recurso a déficits fiscais em momentos de recessão. No entanto, jamais defendeu déficits públicos crônicos. Seu pressuposto foi sempre o de que uma economia

nacional equilibrada, do ponto de vista fiscal, poderia, por um breve período, sair do equilíbrio para restabelecer o nível de emprego (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Na verdade, a Macroeconomia tem provocado um vasto debate acerca das teorias de Keynes, cuja contribuição foi essencial para a compreensão das flutuações da produção e do emprego. No entanto, há discussões no que tange à questão dos níveis de emprego: qualquer cálculo completo do produto e das flutuações de emprego exige um exame minucioso das características institucionais do mercado de trabalho da economia em questão. Destaca-se que as teorias de Keynes foram consideradas apropriadas para o mercado de trabalho dos anos 30, período marcado pela crise financeira mundial.

Segundo Dillard (1989), para Keynes, os níveis de renda, emprego, consumo e investimento eram funções de três variáveis: a propensão marginal a consumir (c), a eficiência marginal do capital, que seria, aproximadamente, correspondente à taxa de lucro (ou a rentabilidade esperada do investimento em bens de capital) e a taxa de juros. Ou seja, as variáveis dependentes ou explicadas seriam a renda, o emprego e o investimento, e as variáveis independentes ou explicativas do modelo seriam a propensão marginal a consumir (c), a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. No trabalho em questão, o investimento é a variável chave. (ALVERGA, 2011)

Dessa forma, o investimento produtivo só seria racional se a eficiência marginal do capital fosse maior do que a taxa de juros. Caso contrário, o empresário capitalista preferiria investir em títulos da dívida pública do Governo remunerados pela taxa de juros do que arriscar seu capital no investimento produtivo. A instabilidade da eficiência marginal do capital seria, também, uma causa importante para a ocorrência das flutuações do investimento e dos ciclos econômicos.

1.1 Os Keynesianos

A teoria de Keynes (1883-1946) defende que o ciclo econômico não é regulado e que a economia não é capaz de alcançar níveis ótimos de produção e emprego sem a intervenção do Estado. Existe uma propensão marginal a consumir

e a poupar dependentes de um fator psicológico e que também varia conforme a renda do consumidor.

A contribuição de Keynes para a teoria econômica pode ser sintetizada pelo trecho transcrito abaixo, o qual consta de Venâncio (1998, p. 12):

“O aparecimento da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro” de Keynes em 1936, no dizer de Dênio Nogueira, “consubstanciou em princípios teóricos a filosofia moderna da intervenção estatal na atividade econômica”, com o fim de suplementar as forças econômicas que, como supunham os clássicos, tendiam automaticamente a restabelecer o equilíbrio, numa posição correspondente à ocupação plena (...) A economia contemporânea encontrou em Keynes e seus seguidores os construtores do que hoje se convencionou chamar a economia do bem-estar social em que são reconciliados os dois maiores fatores de estabilidade econômica: a iniciativa privada e a ação governamental.”

Segundo Keynes (2004), no que se refere ao papel do Estado na economia, a mais importante obrigação do Estado não está relacionada às atividades que os indivíduos realizam, particularmente, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. “Para o governo, o mais importante não é fazer as coisas que os indivíduos já fazem, nem fazê-las um pouco melhor ou pouco pior, mas fazer aquelas coisas que realmente deixam de ser feitas” (KEYNES, 2004, p. 23). A escolha não deve ser se o Estado deve ou não estar envolvido (na economia), mas de que maneira ele se envolve. Desse modo, a questão central não deve ser o grau de intervenção do Estado, mas sua finalidade e os métodos utilizados pelo governo. Países que apresentam economias de sucesso, na verdade, possuem governos que estão envolvidos em um amplo espectro de atividades (STIGLITZ, 2004).

1.2 O Princípio da Demanda Efetiva

Um dos principais legados da teoria keynesiana foi o questionamento à teoria clássica de que o pleno emprego seria uma condição natural da economia, com o desemprego sendo de caráter transitório, os salários reais se ajustariam, garantindo assim o pleno emprego. Derivado desse cenário, temos que a oferta agregada cria a sua própria demanda. Os conceitos que compõem essa parte da teoria clássica ficaram conhecidos como Lei de Say.

A partir do princípio da demanda efetiva, Keynes e posteriormente Kalecki, desenvolveram uma teoria contrária à do pleno emprego como status quo. Segundo Possas (1986), podemos tirar dois pontos principais do conceito de demanda efetiva:

"a) que a demanda efetiva envolve um equilíbrio entre oferta e demanda agregadas; e b) que este equilíbrio pode se dar além do pleno emprego."

Em linhas gerais, o princípio da demanda efetiva coloca que, um certo nível de oferta, definido a partir do gasto, determina, por meio da renda e do consumo, o nível de produto agregado e da renda. Tanto a oferta quanto a demanda agregada são determinadas pela decisão de investir e cada nível de gasto implica um ponto de encontro entre oferta e demanda agregada.

Ambas as decisões, tanto da oferta quanto da demanda, são determinadas ex ante, ou seja, independe do nível da produção determinado ex post. Tal decisão é tomada pelo conjunto dos empresários, que escolherão o nível de produção que corresponde ao lucro máximo da produção, por meio da análise de uma série de fatores, como taxa de juros de mercado e eficiência marginal do capital. Essa decisão por ser definida antes da produção reflete as expectativas em relação a diversas condições dos empresários.

1.3 Demanda Agregada e o Multiplicador Keynesiano

Demanda agregada é definida como o nível de demanda total da economia em um certo nível de preços, somando consumo, investimento e gasto governamental – além do saldo comercial, no caso de uma economia aberta (SACHS; LARRAIN B, 2000).

Calcula-se a demanda agregada para um certo nível de preços (P) e depois mostra-se como o nível de demanda agregada depende de variáveis como gasto governamental corrente (G), impostos correntes (T), renda disponível futura $[Q-F]^F$, produtividade marginal esperada do capital $(PMgK^E)$ e oferta monetária (M).

$$Q^D = Q^D (G, T, [Q-T]^F, PMgK^E, M, P) \quad (1)$$

Para se deduzir (1), inicia-se com a identidade básica: o nível da demanda total é a soma de consumo, investimentos e gastos do governo.

A ação da política fiscal do Governo via incremento dos gastos públicos é mais eficaz, isto é, acarreta um aumento maior na renda da economia, do que a ação da política fiscal via redução da carga tributária. Sendo assim, pode-se questionar de que maneira poderia o aumento do investimento do Governo influenciar no aumento da renda da economia. Respondendo a essa indagação, Keynes criou a teoria do efeito multiplicador, segundo a qual um aumento do investimento causaria um acréscimo da renda correspondente a ($k=1/s$ * o aumento do investimento), sendo que k é o multiplicador e s é a inclinação marginal a poupar da economia (ALVERGA, 2011).

Essa última pode ser definida como o quociente entre a variação da poupança agregada e a variação da renda nacional disponível, que consiste na renda subtraída do total dos tributos. No contexto de uma recessão econômica e do exercício, pelo Governo, de uma política fiscal expansionista, o multiplicador é definido por Singer (1996, p. 46):

As compras adicionais do governo proporcionam receitas adicionais às empresas vendedoras, que as usam para pagar matérias-primas e salários e distribuir lucros; os agentes que obtêm estas rendas adicionais usam ao menos parte delas para comprar bens de produção (as empresas) e de consumo (os indivíduos). Estas novas compras dão lugar a novas receitas e ainda a novas compras, etc. Este é o mecanismo do multiplicador da demanda.

Prebisch (1951, p. 11) coloca que:

da relação entre o incremento do investimento e o aumento da renda nacional surge a teoria do multiplicador. O multiplicador, dada a propensão a consumir da coletividade, nos diz em que medida cresce a renda quando aumenta o investimento.

Tanto na fase expansionista quanto na contracionista do ciclo econômico, o Governo pode agir na política fiscal aumentando ou reduzindo a carga tributária da

economia e, ainda, fazendo o mesmo no que se refere aos seus gastos (ALVERGA, 2011). Essa combinação de redução da tributação, menor receita pública e aumento dos gastos públicos, para combater a recessão, provoca elevação da dívida e do déficit públicos.

Segundo Alverga (2011), a intervenção do Estado na economia de mercado capitalista sustentada por Keynes “não é no sentido do Estado atuar no sistema econômico como produtor direto de bens e serviços”, em outras palavras, o Estado deve atuar como regulador do investimento por meio do exercício das políticas fiscal e monetária, com a finalidade de tentar compatibilizar a demanda agregada com a oferta agregada, de forma a amenizar os problemas mais preocupantes do sistema capitalista, quais sejam: inflação e desemprego.

Destaca-se na conclusão deste capítulo, um aspecto da teoria keynesiana proposto por Afonso (2010), que trata de uma interpretação equivocada dos postulados keynesianos no que se refere à defesa de Keynes da política fiscal expansionista e o incremento dos gastos públicos em qualquer situação ou momento econômico.

Afonso (2010, p. 2, 3) fez a análise transcrita a seguir:

Para Keynes, a política fiscal deve assumir papéis diversos em conjunturas diferentes, ao contrário do senso comum que supõe que o economista defendeu uma expansão permanente do gasto público em qualquer contexto. Tal situação era recomendada para uma situação bastante específica: o Estado tendo que assumir o comando da decisão de investir e de fomentar a demanda efetiva, depois que a economia tivesse entrado em colapso e como reação à crise.

Alguns autores, entre eles Vasconcelos e Garcia (2010, p. 164), concordam com a argumentação feita por Afonso, afirmando que “embora o arcabouço teórico criado por Keynes esteja baseado em uma situação de desemprego, ele pode ser aplicado, *mutatis mutante*, para uma conjuntura inflacionária”. Para Alves e Veríssimo (2010, p. 25), “o orçamento público deve ser deficitário quando a economia está em retração e, superavitário, em períodos de expansão, funcionando, por conseguinte, como um estabilizador automático de demanda”. Outro autor que fez considerações acerca desse assunto foi Feijó:

“Keynes foi acusado de ter com suas ideias induzido os políticos a praticarem políticas excessivamente expansionistas que resultaram no desastre nos anos 70. Diziam que Keynes não ofereceu um instrumento analítico para lidar com o problema da inflação e teria desprezado essa questão. Em seu último ensaio “Como pagar pela guerra”, Keynes faz diversas reservas quanto ao uso de seu instrumental analítico em condições potencialmente inflacionárias e oferece na ocasião um tratamento para o tema.” (Feijó, 2007, p. 471).

O investimento público, além de estimular a demanda agregada no curto prazo, pode fomentar também o crescimento de longo prazo através de melhorias na infraestrutura nacional, aumentando a capacidade produtiva da economia e melhorando e fortalecendo as expectativas dos agentes quanto à evolução da demanda efetiva no longo prazo. (MOURA, 2015)

1.4 Multiplicador Fiscal e Matriz Insumo Produto

Segundo Manoel Pires, não existe um único multiplicador fiscal, além de não ser um parâmetro estrutural da economia, descrevendo a resposta das variáveis endógenas da estrutura do modelo a mudanças nas variáveis fiscais e, sendo assim, a questão mais adequada torna-se entender as condições que tornam o multiplicador fiscal grande. Nesse sentido, uma série de fatores tem sido destacada como propulsores da política fiscal tais como o formato da função consumo, a dinâmica do mercado de trabalho, a persistência da política fiscal, o momento do ciclo econômico e a política monetária (PIRES, 2012; PIRES, 2014).

Tradicionalmente, o termo multiplicador fiscal se refere à razão entre a variação da renda nacional e a variação nos gastos do governo. Um valor superior a um para esta razão indica que a política fiscal possui um efeito multiplicador, pois uma alteração de, por exemplo, R\$ 1,00 nos gastos públicos acarreta um aumento maior do que R\$ 1,00 na renda agregada. A lógica para este aumento mais do que proporcional na renda agregada tem origem na ideia de que o aumento dos gastos públicos incentivará o consumo privado que, por sua vez, causará aumento da renda e este aumento da renda impactará novamente o consumo positivamente, desencadeando então um círculo virtuoso. (MOURA, 2015)

Em estudo mais recente, Pires afirma que o investimento público apresentou multiplicador maior que a unidade, entre 1,4 e 1,7, enquanto que o multiplicador fiscal do consumo do governo não é significativo.

Uma outra forma de analisarmos os impactos econômicos se dá por meio da matriz de insumo produto. A teoria da matriz insumo produto foi desenvolvida pelo economista russo Wassily Leontief e, como o próprio nome sugere, permite a identificação da interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção. (IPEA)

De acordo com Nelson Carneiro (1998), a matriz de insumo-produto sempre foi útil para análises envolvendo os efeitos multiplicadores da renda e do emprego, bem como para estudos de economia regional e urbana, além de servir de instrumento de análise de efeitos estruturais de choques na economia.

O uso da matriz de insumo-produto difundiu-se muito nos últimos anos, e hoje ela é considerada um instrumento de grande utilidade para analisar os efeitos estruturais de choques na economia (tais como mudanças no preço do petróleo, alterações em tarifas, aumentos de salários ou variações na taxa de câmbio, por exemplo), bem como para fazer projeções sobre o comportamento da atividade econômica. (CARVALHEIRO, 1998)

No entanto, é preciso cautela ao utilizar-se tais modelos de projeção de impacto, já que as relações são mais complexas do que apresentadas.

A matriz insumo produto, por exemplo, faz cálculos com base em pressupostos simplificadores: a capacidade ociosa é ilimitada, sendo que qualquer choque de demanda leva a um aumento de produção, não possuindo, dessa forma, efeito de preços; além disso, os fatores de produção são constantes, não levando em consideração ganhos de escala, por exemplo; em terceiro lugar, esse modelo não prevê efeitos de substituição: um aumento na demanda pode levar a empresa a buscar um insumo nacional em detrimento de um importado, ou contratar mais capital do que trabalho.

Tratando-se do multiplicador fiscal, tem-se que este não é um parâmetro estrutural da economia, e, portanto, depende de muitas variáveis endógenas. Segundo Moura (2015), estimativas do multiplicador dos gastos do governo podem variar de aproximadamente 0 até valores bem superiores a 1 dependendo da amostra utilizada e de hipóteses de identificação do modelo estimado.

Baseando-se em tais multiplicadores e na matriz de insumo produto, torna-se mais tangível analisar os impactos na economia advindos de gastos governamentais.

No capítulo I foi feita uma análise da teoria envolvida na questão do gasto, tratando principalmente da teoria keynesiana e alguns de seus principais tópicos: demanda efetiva, demanda agregada e o multiplicador. Antes de analisar o caso brasileiro é pertinente observar o resultado atingido em edições anteriores, para que possa ser estabelecido um parâmetro de comparação. Sendo assim, no próximo capítulo, será realizado um estudo de casos específicos, tratando dos impactos econômicos acarretados pela realização dos megaeventos em anos anteriores: em 2002, na Coreia do Sul e Japão, em 2006, na Alemanha e em 2010, na África do Sul.

CAPÍTULO 2 - IMPACTOS DAS COPAS DO MUNDO DE 2002 A 2010

A sociedade moderna, de uma forma geral, se convence com grande facilidade da necessidade de um novo produto para consumo. Nesse sentido, o marketing atua de forma primorosa e os megaeventos esportivos podem ilustrar muito bem esse cenário. Dessa forma, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos passaram a ter uma importância enorme nesse contexto. Paralelo aos aspectos subjetivos no que concerne à competição esportiva em si nota-se uma racionalidade na organização do evento.

São razões de Estado, mescladas a interesses privados que, quando bem articulados, convergem para um planejamento rigoroso, capaz de transformar custos elevados em rentáveis dividendos políticos, econômicos e sociais, invisíveis aos olhos desatentos da maioria dos telespectadores (PRONI; SPERANZA; AMORIM, 2008, p. 7).

As competições atualmente são organizadas para proporcionarem espetáculos que emocionem e deslumbrem a todos. Esse destaque sobre o evento acabou por despertar o interesse acadêmico, o que vem gerando um significativo aumento no número de estudos acerca desse tema (HORNE; MANZENREITER, 2006). São consideradas mais instigantes as pesquisas que assumem uma abordagem crítica ao analisar “a relação entre a capacidade de organização de um megaevento e o potencial de desenvolvimento econômico de uma metrópole” (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 14).

De fato, o maior atrativo dos megaeventos esportivos reside na ampliação da sua importância econômica. Prova disso são os altos e crescentes custos de candidaturas devido ao enorme destaque dado aos prováveis legados materiais. Mesmo desconsiderando o argumento de que os custos inicialmente previstos costumam ser subestimados (ZIMBALIST, 2010) pode-se afirmar que ocorre um exagero no elevado volume total de gastos necessários para sediar uma edição da Copa do Mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, gastos estes, justificados pelas exigências feitas pelas entidades internacionais que criaram e controlam tais megaeventos.

Pode-se classificar os impactos relacionados aos megaeventos das seguintes maneiras: negativos e positivos, tangíveis ou intangíveis, diretos ou indiretos, passageiros ou duradouros. É também interessante diferenciar os impactos segundo o campo de interesse: econômico, político, social, ambiental e esportivo.

Os de natureza econômica, que demandam maior esforço em sua mensuração, podem ser diretos ou indiretos. Os impactos diretos se referem àqueles ligados à preparação e realização do evento (por exemplo, estímulo aos segmentos econômicos, contratação de mão de obra, movimento e gasto médio dos turistas, composição dos gastos públicos, entre outros). Já os indiretos são os impactos resultantes dos desdobramentos da economia advindos do gasto adicional das empresas diretamente estimuladas e pelo consumo da mão de obra contratada, em regime temporário ou de longo prazo, em função do megaevento (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

Em relação ao campo da microeconomia, os efeitos analisados estão relacionados aos setores, observando-se o desempenho de um segmento da atividade, por exemplo, da construção civil, da rede hoteleira, das entidades esportivas, ou ainda, podem focar no arranjo institucional que regula as relações de concorrência em alguns mercados diretamente comprometidos (MAENING; ALMERS, 2008).

Quanto ao campo da macroeconomia, a atenção se desloca para o aumento da renda nacional, a variação do nível geral de emprego e da massa salarial, em como administrar a inflação que ocorrerá no período de realização do evento, a formação bruta de capital fixo e o orçamento do governo. Existem ainda eventos que repercutem na taxa de câmbio ou na atração de investimento estrangeiro direto.

Sediar um grande evento esportivo gera a expectativa de benefícios econômicos diretos e indiretos, entretanto, não deve-se desaproveitar os possíveis impactos ocasionados pela realização, bem como como garantir um legado, especialmente em infraestrutura. (RITCHIE, 2012).

É imprescindível investir em aeroportos, transporte urbano e hotéis dimensionados com base em premissas de planejamento de desenvolvimento de longo prazo. Enquanto os benefícios diretos envolvem capital e construção da infraestrutura relacionada ao evento, os de longo prazo abrangem a redução de custos de transportes, devido à melhoria da malha ferroviária ou rodoviária, entre outros.

Um dos motivos pelos quais as verbas de impostos municipais e estaduais são investidas no esporte profissional, é a crença de que este atua como catalisador para a construção da comunidade civil.

Os megaeventos esportivos atendem funções similares em nível global. As cidades gastam quantias enormes de dinheiro para concorrer a eventos esportivos grandes e de alta visibilidade e recebê-los como maneira de promover a 'imagem' da cidade para o resto do mundo. A construção do estádio e da infraestrutura esportiva está ligada aos planos de regeneração urbana por meio da crença que os times e eventos dos esportes de elite estimulam a economia local e geram empregos. No entanto, os acadêmicos que estudam o desenvolvimento urbano relativo ao esporte refutam a ideia que esse tipo de investimento cívico proporciona benefícios reais para a cidade como um todo. A evidência empírica revela que, embora alguns grupos de uma cidade possam lucrar, os outros são onerados. (SCHIMMEL, 2013, p. 105-6).

Resumindo, os megaeventos esportivos podem acelerar o processo de investimentos que já deveriam ter ocorrido em áreas cruciais como por exemplo a infraestrutura urbana, visto que uma estrutura deficiente restringe o crescimento econômico da região. No entanto, quando revitalizada em virtude de eventos como a Copa do Mundo, pode acarretar numa redução de custo, além de fornecer um impulso de produtividade à própria economia (GOLDEN GOAL, 2010; SWINNEN; VANDEMOORTELE, 2008).

2.1 Análises *ex-ante* e *ex-post*

Existem duas formas para se avaliar e/ou estimar os impactos econômicos de um megaevento: uma abordagem *ex-ante* e a outra *ex-post*. Nos estudos *ex-ante* existe a possibilidade de visualizar antecipadamente os potenciais impactos econômicos, estimados com base em probabilidades e hipóteses acerca

da evolução dos acontecimentos. Tais estudos costumam ser encomendados por instituições governamentais visando defender os gastos previstos, sendo divulgados pelos demais grupos interessados na realização de um megaevento (federações, patrocinadores, mídia especializada, entre muitos outros) (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

A partir do momento em que o país se candidata e conquista o direito de sediar o megaevento até à véspera de sua realização, o governo e os demais grupos de interesse tentam demonstrar, através de estudos *ex-ante*, os benefícios que podem trazer para toda a população, entre eles o aumento do número de empregos, a expansão das oportunidades de negócio, o incremento no turismo, o crescimento do PIB. A finalidade dessa estratégia é justificar os gastos e legitimar as medidas que deverão ser tomadas nas cidades que irão sediar o evento. Para justificar o uso de fundos públicos na construção ou reforma de instalações e, também, no atendimento das exigências impostas pela FIFA, no caso de uma Copa do Mundo, esses estudos devem projetar efeitos positivos que se estendam por um longo tempo (OWEN, 2005).

Turolla (2009), no entanto, é favorável ao questionamento da confiabilidade dessas previsões *ex-ante*. Estudos realizados logo após o megaevento não comprovaram os números estimados com antecedência pelos governos ou empresas diretamente envolvidos com a organização do megaevento. Nesse sentido, o estudo publicado pela *Golden Goal Sports Venture* (2010, p. 2) afirma:

Na realidade, a maioria dos estudos encomendados pelas cidades candidatas apresentam impactos econômicos tão positivos que acabam servindo de base para justificar os investimentos públicos. O problema é que a análise de eventos passados não confirma as previsões iniciais, e as cidades-sede acabam ficando com um legado de dívidas e infraestruturas ociosas e de manutenção cara, que acabam colocando em dúvida a viabilidade da realização dos Jogos.

Se existem estudos que alertam sobre a veracidade e confiabilidade desses números, por que esses megaeventos continuam tendo tanta significância para os países? De acordo com Porter (1999), a previsão de benefícios tão favorável acaba por justificar os gastos públicos. No entanto, eles não costumam se concretizar. Os estudos publicados por Noll e Zimbalist (1997), assim como os de

Coates e Humphreys (1999) não encontraram uma correlação entre a construção de estádios esportivos e o desenvolvimento econômico da cidade-sede. Nesta mesma linha de pensamento, o estudo de Matheson (2002) corrobora o argumento de que várias projeções superestimam o impacto econômico na economia local ou regional.

Os dois últimos eventos organizados pela FIFA deixam evidente essa desconfiança. Ao examinar os impactos econômicos ocasionados pela Copa do Mundo de 2002, Kim, Gursoy e Lee (2006) chegaram à conclusão de que na Coreia do Sul esses impactos foram insatisfatórios. A Copa do Mundo de 2006, realizada na Alemanha, segundo estudo desenvolvido por Brenke e Wagner (2006), demonstraram que diversas expectativas não foram atingidas. Os empregos gerados eram temporários e os principais beneficiados foram a FIFA e a *German Football Association*. Na Copa da África do Sul, o estudo publicado por Pillary e Bass (2008) advertiu que o desemprego subiria após a construção dos estádios, o que de fato ocorreu.

2.2 A Copa do Mundo FIFA

Para que a FIFA maximize seus ganhos com a concessão, ela organiza uma competição entre os países que se candidatam a receber o evento (PRONI; FAUSTINO, SILVA, 2014).

Existe um contrato entre o país eleito e a FIFA que gere o fluxo de receitas associadas ao torneio, cuja principal fonte vem dos direitos comerciais e de imagem. Das várias cláusulas deste contrato, há uma que determina que no raio de um (1) quilômetro do estádio e ao longo das principais rodovias de acesso, o comércio é exclusivo das empresas que adquiriram o direito de associarem suas marcas ao torneio. Outra cláusula interessante está ligada aos direitos de transmissão, que, dentre outras medidas, estabelece severas sanções aos responsáveis por ações que desrespeitem a exclusividade adquirida. Quando somados, os direitos de TV e os contratos de marketing são responsáveis pelo principal fluxo de receitas da copa (PRONI; FAUSTINO, SILVA, 2014).

No que concerne à qualidade do espetáculo, percebe-se um enorme cuidado, pois este será transmitido ao vivo para centenas de países. A FIFA e o Comitê Organizador buscam valorizar os produtos relacionados ao megaevento e, para isso, devem oferecer garantias de retorno financeiro a todos os parceiros econômicos. Dessa maneira, tudo que se relaciona à realização da Copa do Mundo deve gerar lucro para a FIFA e para todos os envolvidos, além de propiciar retornos garantidos para os patrocinadores (FIFA, 2011).

Quais benefícios o conjunto da sociedade do país-sede recebe em troca do esforço por sediar o mais famoso torneio de futebol da Terra? Geralmente os benefícios prometidos são: melhorias na infraestrutura de transporte, geração de empregos, estímulo ao turismo e boas perspectivas de negócios.

2.3 Últimas Edições

A literatura indica que os megaeventos esportivos receberam créditos indevidos pelo benefício econômico que realmente propiciaram. Alguns dos erros recursivos na estimativa abarcam: (i) não considerar o fato de que vários consumidores internos têm orçamentos para lazer relativamente fixos; (ii) não compreender os padrões de atividade econômica dos residentes permanentes que não assistiram ao evento, e (iii) ignorar o fato de que os turistas normais fogem dos pontos turísticos mais visitados.

Segundo Ritchie (2012), os grandes volumes investidos para sediar esses megaeventos com sucesso, nem sempre proporcionam os retornos econômicos esperados, ou o estímulo no longo prazo.

2.3.1 – Japão e Coreia do Sul (2002)

A Copas do Mundo da FIFA realizada na Coreia do Sul-Japão, em 2002 demonstra a ineficácia dos megaeventos como impulsionadores da economia. Na Coreia do Sul os gastos chegaram a US\$ 2 bilhões para construir dez novos estádios. Mas o turismo naquela região não sofreu nenhum impacto, apesar do fenomenal investimento em infraestrutura. Permaneceu inalterado o número de visitantes, que foi de 460 mil na temporada de verão de 2001.

Percebe-se que a falta de um planejamento acarreta, no pós-evento, na subutilização das infraestruturas construídas ou reformadas, levando a um alto custo de manutenção. Posteriormente à Copa do Mundo de 2002, os representantes de Coréia do Sul e o Japão mostravam-se apreensivos devido ao baixo uso e altos custos de manutenção dos estádios (WATTS, 2002). Para se ter uma dimensão do problema, a Grécia dispende aproximadamente R\$ 202 milhões anuais em custos de manutenção da infraestrutura construída para os jogos. (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2009).

2.3.2 – Alemanha (2006)

Brenke e Wagner (2006) publicaram um estudo no qual analisaram os efeitos da Copa do Mundo na Alemanha, em 2006. Os autores constataram que as expectativas e os custos de infraestrutura e promoção da Copa-2006, estavam sobrevalorizados. Após uma análise cuidadosa, concluíram que os principais beneficiários dos eventos foram a FIFA e a *German Football Association* (DFB). O grupo Postbank divulgou um estudo de análise ex-ante cuja estimativa era de que o impulso econômico poderia chegar a dez bilhões de Euros, o equivalente na época a 0,5% do produto interno bruto alemão. Dessa forma, pode-se verificar que não passou de uma projeção exageradamente otimista (GUISELINI, 2008).

Estima-se que, no mesmo período, os investimentos feitos em razão da Copa equivaleram a apenas 0,4% do total dos investimentos realizados na economia alemã. Segundo o órgão federal alemão responsável por dados de emprego, a Copa gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos na economia alemã, sendo a maior parte deles temporários, o que representa parcela pouco significativa do mercado de trabalho alemão, cujo número era de 40 milhões de trabalhadores no ano de 2006. Em relação à rede hoteleira, os hotéis sofreram uma diminuição de 2,7% na taxa de ocupação, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior ao da Copa, o que comprovou a existência de um “efeito esvaziamento”. No entanto, tal queda na taxa de ocupação foi compensada pelo aumento das tarifas. O aeroporto de Frankfurt teve um aumento de apenas 1,7% no número de passageiros no período do torneio (DU PLESSIS; MAENING, 2007).

A Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, arrecadou aproximadamente US\$ 2,4 bilhões em direitos de televisão e comercialização; a receita da venda de bilhetes foi de US\$ 226 milhões, valores esses reivindicados pela FIFA. O evento gerou um lucro para a FIFA de US\$ 1,9 bilhão. Assim, surge também uma questão quanto ao retorno dos investimentos: a proporção é a mesma para o país-sede e a FIFA? (DU PLESSIS; MAENNING, 2010).

Para a Alemanha, a Copa do Mundo de Futebol reforçou a identidade nacional e o orgulho cívico (MANNING; PORSCHE, 2008) assim como a imagem do país no exterior (ALMERS; MANNING, 2009). O índice adotado para ranquear as nações quanto à percepção internacional de suas “marcas” é o *Anholt Nations Brand Index* (NBI), o qual publicou que a Alemanha saltou do quinto lugar em 2005 para o segundo em 2006, logo após o término do evento (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

Os aspectos positivos de sua realização ajudam a ocultar algumas consequências nefastas. Para Eick (2011), o aspecto a ser debatido não se atém à falta de legados da Copa de 2006, mas sim à falta de supervisão crítica e de protestos significativos por parte da opinião pública contra o neoliberalismo imperante nas medidas adotadas pela FIFA. De acordo com Eick (2011, p. 3339):

So far; the dazzling aura of the World Cup seems to illuminate a ‘successful’ spectacle, by helping to obscure its murky consequences. Therefore, it is not the lack of legacies, but the lack of critical oversight and meaningful protest that we have to keep under review.

Por se tratar de um país de elevado nível de desenvolvimento e com uma infraestrutura já bastante completa, a Copa não trouxe grande resultados muito significativos para a Alemanha, a não ser a construção e reforma dos 12 estádios que receberam os jogos, considerados como os principais legados (SILVA, 2011).

2.3.3 – África do Sul (2010)

Em relação a Copa da África do Sul de 2010, os estudos ex-ante mostravam que as expectativas eram bastante otimistas (KUPER; SZYMANSKI, 2009). Com a enorme propaganda feita pelo governo, o país esperava que a Copa traria uma injeção de bilhões de dólares na economia, além da criação de centenas

de milhares de empregos, que acarretaria na melhoria de vários aspectos na qualidade de vida da população, principalmente pelo fato de poder usufruir do legado em infraestrutura – o governo sul-africano anunciou que o investimento (incluindo a melhoria de estradas e aeroportos) seria de cerca de US\$ 5,4 bilhões. Com tais investimentos, a expectativa do governo era de que haveria, no total, a criação de 695.000 empregos, tanto diretos, quanto indiretos, bem como um acréscimo de 0,54% no PIB do país no ano de 2010.

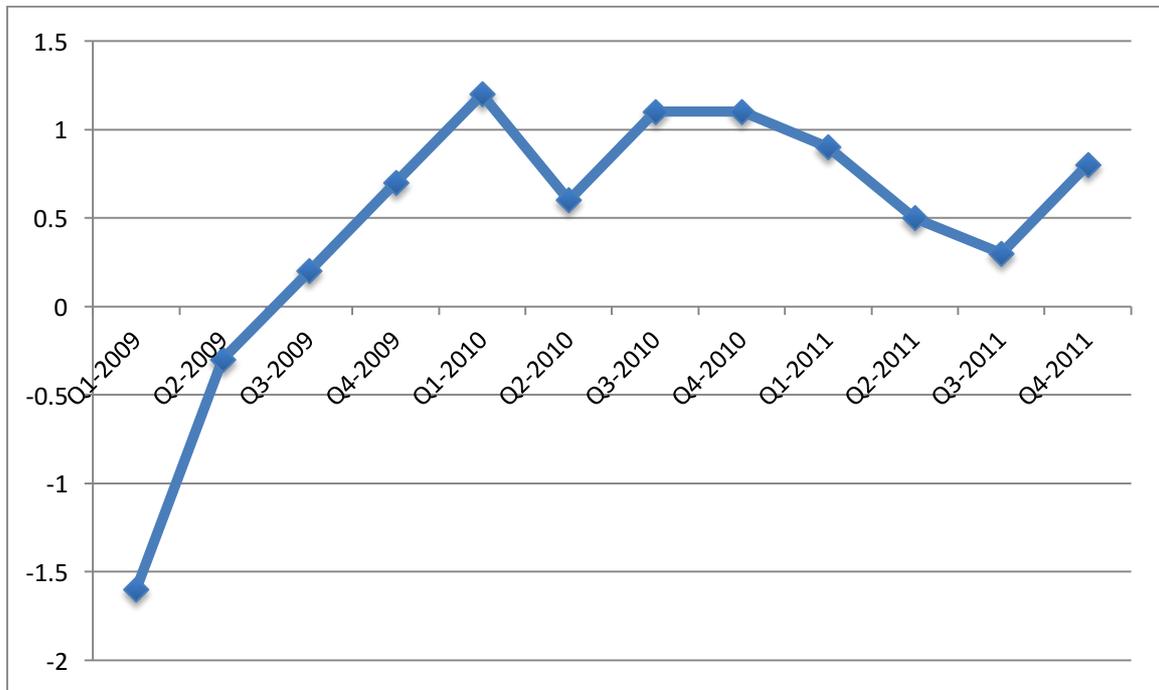
Em um estudo *ex-ante* da consultoria Grand Thornton (SAUNDERS, 2010), o evento ocasionaria um aumento na ordem de US\$7,5 bilhões na demanda agregada da economia sul-africana e os impactos totais esperados seriam da ordem de US\$ 12,7 bilhões. Tratando-se exclusivamente do turismo, estimava-se que haveria 373.000 visitantes estrangeiros, que levariam cerca de US\$ 1,1 bilhão na economia.

Já no estudo *ex-post* publicado pela mesma consultoria, pode-se verificar que a média de ocupação dos hotéis aumentou em 61% no período do torneio (GRAND THORNTON, 2011a), os gastos com cartões aumentaram em 55%, as vendas no varejo subiram 7,4%, a indústria de alimentos e bebidas cresceu 10,4%, sendo que o mercado de cerveja, sozinho, teve uma elevação de 12%. Saindo do âmbito econômico, pode-se observar que a Copa contribuiu com a percepção internacional para com a África do Sul, impulsionando o turismo e gerando um sentimento de orgulho nacional. Em relação ao turismo durante o evento, praticamente 350 mil visitantes internacionais gastaram quase 8 bilhões de Rands (o que equivale a aproximadamente R\$ 1,7 bilhão), o que impactou positivamente a economia em 18 bilhões de Rands (aproximadamente R\$ 3,9 bilhões). No entanto, se for utilizada a estatística dos órgãos sulafricanos *National Department of Tourism* (NDT) e *South African Tourism* (SAT), tem-se um número de 309.554 turistas, que, conjuntamente, gastaram cerca de 390 milhões de Euros (R\$ 972 milhões).

Analisando-se as avaliações *ex-post* constata-se que, de fato, os benefícios tangíveis ficaram muito aquém do que o esperado. Tomando-se como exemplo o efeito concreto sobre o PIB em 2010, tem-se uma variação entre 0,2% e 0,3% (AMATO, 2010). Em um cenário de crise mundial (que emergiu em 2008), indaga-se se a Copa teve seu retorno prejudicado pela crise econômica, mas, que,

ao mesmo tempo, contribuiu para que o país não entrasse, imediatamente, numa recessão.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB da África do Sul (2009-2010)



Fonte: OECD (www.oecd.org)/(2009-10)

No gráfico 1, pode-se observar que a África do Sul, mesmo em um cenário de crise financeira global, passou por um período de crescimento após ver seu PIB recuar -1,6% no primeiro trimestre de 2009. Crescimento este que se sustentou tanto nos trimestres anteriores quanto nos subsequentes à realização da Copa do Mundo (que se deu no terceiro trimestre do ano de 2010), com um destaque para o primeiro trimestre de 2010, cujo crescimento foi de pouco mais de 1,2%.

No que tange à geração de empregos, a previsão inicial era que seriam gerados 695 mil novos postos de trabalho, sendo a grande parte de temporários. Destes, esperava-se que seriam conservados 280 mil, em 2010 (COTTLE, 2011). Com o advento da crise, o que se observou foi uma redução de 627 mil postos de trabalho (o que representava 4,7% do total) no trimestre, imediatamente anterior à Copa. No setor de construção civil, os empregos foram extintos tão logo concluídos os projetos.

Na África do Sul, em 2010, o cenário apresentado foi semelhante ao da Alemanha, pois, Pillay e Bass (2008) já haviam previsto que a expectativa pelo megaevento da Copa da África do Sul não geraria os resultados necessários para melhorar a economia do país, pois ali também os empregos gerados na construção da infraestrutura necessária para o evento seriam somente temporários. Ficou evidente que, assim que o evento terminasse, o país retomaria a sua realidade com o aumento do desemprego urbano.

Em relação à infraestrutura construída para a Copa, não se pode deixar de observar o legado positivo nos meios de transporte. Por outro lado, dos 10 estádios construídos, apenas um deles consegue gerar ganhos que cobrem os seus custos de manutenção. Todos os demais são custeados pela máquina pública.

Outro ponto importante a se frisar é de que a Copa da África do Sul não contribuiu de maneira significativa para a redução das desigualdades sociais. A grande maioria das vagas temporárias pagava baixos salários e não ajudou a diminuir a taxa de desemprego, mesmo antes da crise.

Algumas diferenças entre estas duas sedes da Copa do Mundo foram discutidas por Swinnen e Vandemoortele (2008) e segundo eles a mais evidente estava na diferença do custo de investimentos em infraestrutura. Na África do Sul os investimentos eram altos pois foi preciso construir novos estádios, enquanto que na Alemanha, em que a infraestrutura já estava pronta, os investimentos se limitavam a adequações dos estádios conforme as normas da FIFA. Outra diferença observada estava relacionada ao custo do capital e do trabalho.

O custo do capital é maior em países em desenvolvimento, em outras palavras, o dinheiro direcionado para o evento não poderá ser gasto em outras áreas, por exemplo, no sistema de saúde. Quanto aos salários, são relativamente baixos nesses países o que, em contrapartida, possibilita uma diminuição nos custos operacionais e de infraestrutura (DOMINGUES, BATARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 412).

Neste sentido, Barclay (2009) corrobora a opinião de Swinnen e Vandemoortele (2008), no que se refere ao fato de que a construção de novos estádios pode impactar a atividade econômica. No entanto, pode também elevar os custos de oportunidades para o setor público e, geralmente, tem por consequência a redução de outros serviços públicos, um maior empréstimo do governo ou aumento dos impostos.

No presente capítulo buscou-se embasamento histórico por meio do estudo dos resultados de eventos realizados previamente, especificamente os casos de Japão e Coreia do Sul em 2002, da Alemanha em 2006 e da África do Sul em 2010. Tais resultados evidenciam que os estudos de projeções de impactos econômicos (ex-ante) costumam ser exageradamente positivos e servem apenas para justificar os altos investimentos públicos. Após pontuação da teoria acerca do gasto e de casos específicos anteriores, é possível ter maior embasamento para olhar o caso brasileiro, o que será realizado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – A COPA DO MUNDO DE 2014 – O CASO BRASILEIRO

Neste capítulo será desenvolvido um estudo dedicado ao caso brasileiro, analisando-se os investimentos relacionados ao evento, os impactos econômicos, bem como os impactos setoriais, observando o que ocorreu de fato nos diversos setores da economia brasileira devido à realização da Copa do Mundo. Para isso, serão analisados os números e estatísticas dos setores e de que maneira esses números foram impactados pela realização do megaevento em solo brasileiro. Essas informações foram publicadas em jornais, revistas, sites e estão disponibilizadas na internet para consulta; pela análise dos *reports* e notícias que abordam estatísticas e números relacionados à Copa do Mundo de 2014 poder-se-á inferir alguma conclusão.

3.1 O Anúncio

O anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 ocorreu em uma cerimônia no dia 30 de outubro de 2007, na sede da FIFA, em

Zurique. A escolha se deu conforme a política de rodízio de continentes, praticada pela FIFA a partir da Copa da África do Sul, em 2010 (PRONI, FAUSTINO; SILVA, 2014).

Participaram da Copa do Mundo de 2014, 32 seleções que disputaram 64 jogos, sendo 48 na primeira fase (de classificação por pontos), e 16 jogos na segunda fase (eliminatórias, incluindo oitavas e quartas de final, semifinais, disputa de terceiro lugar e final). A transmissão dos jogos ao vivo pela televisão ocorre em escala global, multiplicando a plateia dos jogos, a visibilidade dos eventos e as oportunidades econômicas associadas, que envolvem desde o licenciamento de produtos até a própria promoção das cidades-sede no cenário global (BLUMENSCHNEIN; NAVARRO, 2013).

Já a escolha das cidades-sede, obedeceu a critérios técnicos considerados pelos representantes da entidade durante as visitas às cidades postulantes e, ainda, pelos projetos apresentados por cada uma delas. Levaram-se, em conta, segundo Jerome Volcke, secretário da FIFA, além dos estádios, aspectos como a rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer. Em 31 de maio de 2009, as 12 cidades escolhidas foram anunciadas: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A abertura da Copa do Mundo aconteceu na cidade de São Paulo, o que proporcionou à cidade enorme visibilidade por tratar-se do primeiro jogo da Copa. A grande final ficou reservada à cidade do Rio de Janeiro, num “templo sagrado” do futebol mundial, o Maracanã (PRONI, FAUSTINO; SILVA, 2014).

Trata-se de um evento que demanda do país sede uma série de medidas preliminares, que o tornem apto a receber a competição de forma satisfatória. Em outras palavras, é o momento para identificar e aproveitar as oportunidades e, de certa forma, evitar todos os riscos associados à sua realização. As principais medidas estão relacionadas à organização, à legislação e à infraestrutura.

3.1.1 A Organização

Juntamente com a oficialização do Brasil como país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a FIFA decretou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como a encarregada pela organização da competição no Brasil. A CBF criou o Comitê Organizador Local (COL) para a gestão dos assuntos inerentes à Copa. Conforme este documento que regulamentou a competição, a CBF e o COL estariam sujeitos ao controle e supervisão da FIFA, que teria a última palavra em todos os assuntos relacionados à organização do evento (SILVA, 2011; PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

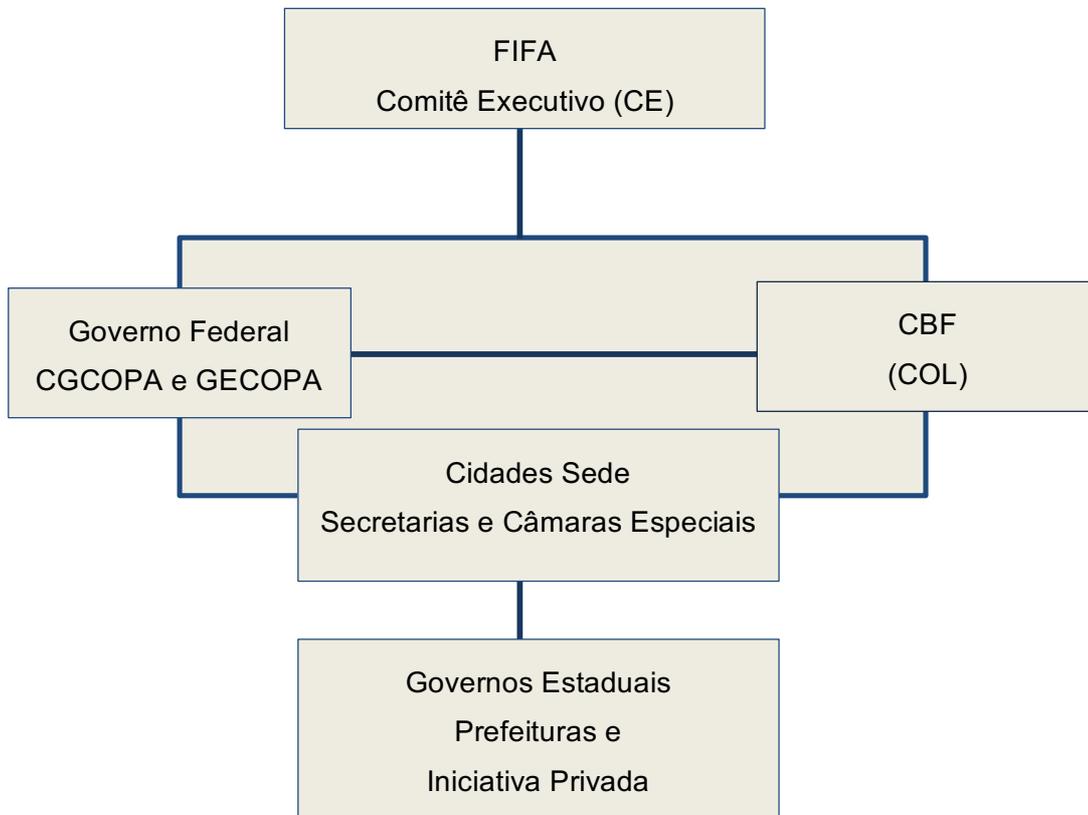
A Copa do Mundo de Futebol, entretanto, é um evento que interessa não apenas à FIFA e à CBF e que também não depende apenas das duas entidades para a sua realização. A participação do Estado é imprescindível, seja para a viabilização econômica e legal do evento, seja para a defesa dos interesses nacionais e regionais, mobilizando as esferas federal, estadual e municipal de governo (PRONI, FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 57).

Na esfera federal, o Estado se organiza por meio do Comitê Gestor da Copa (CGCOPA 2014). Em 14 de janeiro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o decreto que o criou. Em 26 de julho de 2011, a presidente Dilma Rousseff, publicou novo decreto, o qual atualizou o texto e incluiu novos atores na estrutura de governança. Os principais objetivos foram definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico do Governo Brasileiro no que se refere à realização desse megaevento. Integraram o CGCOPA 2014, 25 ministérios e secretarias com status de ministério.

Foi designado no CGCOPA um Grupo Executivo da Copa (GECOPA), constituído por seis ministérios, mais a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Aviação Civil, cujo objetivo foi coordenar e consolidar as ações, estabelecer as metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico Integrado para a Copa 2014. Essas estruturas dialogam, interagem e estabelecem instrumentos de formalização de responsabilidades com o Comitê Organizador Local (COL) da Copa FIFA 2014 e, também, com as 12 cidades sede. Um dos instrumentos de formalização de incumbências é a Matriz de

Responsabilidades que atribui a cada um dos signatários (União, Distrito Federal ou Município) as obrigações inerentes à execução e planejamento de obras de infraestrutura relacionadas à Copa. Conforme explicitado na Figura 1 a organização da Copa 2014 (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

FIGURA 1 – Organização da Copa



Fonte: PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014 p. 58

3.1.2 A Legislação

A Copa do Mundo FIFA de futebol gera alterações nas leis do país sede. Além das modificações legais necessárias relacionadas aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA como as sanções que devem ser aplicadas a quem desrespeitar os direitos de imagem e comercialização associados ao evento, algumas mudanças partem da iniciativa local e objetivam facilitar e tornar mais

eficientes os processos envolvidos no planejamento e execução dos projetos relacionados à Copa (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

No que concerne às leis inerentes aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA, a Lei da Copa é a principal: trata de aspectos como a proteção e exploração dos direitos comerciais (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial), dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda dos ingressos, entre outros. Diversas leis e decretos foram aprovados, como a Lei n. 12.350 de 20 de dezembro de 2010 e o Decreto n. 7.578, de 2011, que tratam da isenção de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias relacionadas à organização e realização do evento.

Quanto à criação de leis que parte, exclusivamente, da iniciativa do país sede, deve-se destacar a Lei n. 12.462, de 5 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aplicado às licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e da Copa das Confederações. O objetivo do RDC, de acordo com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é simplificar e acelerar o procedimento das contratações públicas mantendo a transparência e aumentando a competitividade entre os participantes (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

As Medidas Provisórias (MP) também podem ser evidenciadas. A MP 496 permite que as cidades anfitriãs da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 contraiam empréstimos para custear as obras relacionadas aos eventos esportivos, mesmo que a dívida supere a receita líquida desses municípios. A MP 496 foi criada para possibilitar em caráter de excepcionalidade esse grau de endividamento, o que é proibido pela Constituição Federal. A MP 497 faz mudanças nas leis tributárias, com destaque para a isenção fiscal de obras relacionadas à realização, no Brasil, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa de 2014. A MP concede isenção de IPI, Cofins e PIS para os materiais usados na construção dos estádios. (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

O Quadro 1 apresenta uma síntese das alterações na legislação para a Copa do Mundo de 2014.

Quadro 1 - Alterações na legislação motivadas pela Copa do Mundo

Alteração	Descrição	Objetivo
Lei nº 12.663, de junho de 2012	Lei Geral da Copa	Estabelecer as regras para a exploração e proteção dos direitos comerciais, dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros.
Lei nº 12.350, de dezembro de 2010	Lei de Isenção Fiscal	Isenção de tributos federais nas importações de bens e mercadorias relacionados à organização e realização do evento.
Lei nº 12.462, de agosto de 2011	Regime Diferenciado de Contratações	Simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas relacionadas à Copa.
Decreto nº 7.578, de outubro de 2011	Decreto Presidencial	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização da Copa.
MP 496	Medida Provisória	Possibilitar o endividamento das cidades sede além do permitido, constitucionalmente.
MP 497	Medida Provisória	Isenção fiscal de obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014.

Fonte: PRONI; FAUSTINO; SILVA (2014, p. 60)

Destaca-se que a Lei Geral da Copa, devido a vários pontos polêmicos, tais como a autorização da comercialização bebida alcoólica nos estádios e a permissão de meia-entrada para menores e idosos, que foram debatidos incansavelmente no Congresso Nacional, foi publicada em 6 de junho de 2012 no Diário Oficial da União.

3.1.3 As PPPs

Uma maneira relevante de se viabilizar o gasto autônomo dá-se por meio das parcerias publico-privadas. As parcerias publico-privadas são motivadas pela necessidade de retomada dos investimentos nas infra-estruturas necessárias ao processo de desenvolvimento nacional e pela necessidade de se fomentar novas formas de financiamento desses investimentos.

As PPPs atuam num cenário no qual certos setores possuem projetos que demandam grandes investimentos e que se encontram numa situação de inviabilidade orçamentária. Dessa forma, a iniciativa privada busca, simultaneamente, angariar lucros do investimento, bem como colaborar com o Estado, visando satisfazer o bem público em última instância.

Tais parcerias mostram-se atraentes em um contexto de globalização, desenvolvimento tecnológico, escassez de recursos públicos, impossibilidade de aumento da carga tributária e demandas sociais crescentes. Sendo assim, as PPPs surgem como “alternativa indispensável para o crescimento econômico, em face das enormes carências sociais e econômicas do país, a serem supridas mediante a colaboração positiva do setor público e privado”.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as PPPs podem ser definidas como acordos entre Governo e entidades do setor privado com a finalidade de prover, as comunidades, equipamento de infra-estrutura pública e serviços correlatos. Tais parcerias são caracterizadas pela repartição compartilhada, entre os parceiros, dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. As condições para o estabelecimento de tais parcerias variam, mas geralmente envolvem o financiamento, projeto, construção, operação e manutenção dos equipamentos e serviços de infra-estrutura.

Assim sendo, o projeto das PPPs foi elaborado com o objetivo de viabilizar os investimentos demandados para o crescimento do país, sem retirar do Estado a responsabilidade como provedor do crescimento. O investimento privado neste cenário contempla e preserva o planejamento estatal.

3.2 A Copa e as Decisões de Investimento

Um acontecimento como a Copa do Mundo de Futebol exige das cidades-sedes uma infraestrutura mínima, que atenda ao aumento da demanda ocasionada pela sua realização e que cumpra, ainda, as exigências do espetáculo, cujos detalhes são determinados pela própria FIFA. Sendo assim, todas as cidades-sedes passarão por transformações, visando se adequar às necessidades geradas pelo evento

As obras relacionadas a aeroportos e portos são de responsabilidade do governo federal, as relacionadas aos estádios e à mobilidade urbana são de responsabilidade do município e do estado, e contam com financiamento federal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF), podendo haver parcerias com o setor privado (as chamadas PPPs).

Mesmo sendo um país com uma enorme tradição no futebol, não havia nenhum estádio apto a receber um jogo oficial da Copa, já que a FIFA possui inúmeras exigências, desde número mínimo de assentos até o ângulo de visão dos espectadores. Dessa forma, foram construídos ou reformados estádios em todas as cidades que receberam jogos da Copa do Mundo.

Dos 12 estádios para a Copa, cinco foram reformados e sete construídos ou reconstruídos. O custo total dos estádios foi revisado para mais de R\$ 8 bilhões, um crescimento de 48% em relação aos custos previstos em janeiro de 2010 (R\$ 5,4 bilhões). Deste total, R\$ 3,9 bilhões (49%) são financiados por meio de empréstimos obtidos junto ao BNDES. Apenas três são de propriedade privada e representam 18% dos custos totais em estádios. Dos nove estádios sob a responsabilidade dos governos estaduais, cinco foram construídos por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e quatro construídos através de contratos de empreitada.

No que diz respeito às melhorias nos sistemas de mobilidade, que são as principais promessas de legados de um megaevento, tiveram um custo total previsto em R\$12

bilhões, sendo financias pelo governo federal, através da Caixa Econômica Federal (CEF). Deste total, R\$ 7,4 bilhões (61%) teriam financiamento público. (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

Segundo informações da Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, foram canceladas obras em 10 cidades. Por outro lado, foram incluídas novas intervenções, mas que ficaram, em sua maioria, restritas ao entorno dos estádios, sendo assim, apenas melhorias localizadas (BARROS, 2013).

Quanto à infraestrutura necessária para receber a Copa do Mundo, aeroportos são um dos temas que demandam maior atenção, visto que diversos problemas aconteceram nos aeroportos brasileiros em 2011, tornando perceptível o a precariedade das condições dos serviços aeroportuários e o gargalo existente. Com o aumento iminente do fluxo de passageiros em 2014, devido ao megaevento, torna-se ainda maior a demanda por investimentos na área. O custo total previsto das reformas dos aeroportos era de R\$ 6,3 bilhões, sendo R\$3,6 bilhões (58% do total) custeados pela iniciativa privada.

3.2.1 Distribuição Global dos Investimentos

A previsão investimentos em infraestrutura nas três áreas no fim de 2012 mostrava um gasto de R\$ 23,1 bilhões¹, sendo 25% para estádios, 45% para mobilidade urbana e 30% para aeroportos e portos. Em 2013, o total dos investimentos se reduziu (R\$ 22,9 bilhões), e viu-se uma alteração na estruturação do gasto, com custo dos estádios passando a representar 35%, equiparando-se aos custos com mobilidade urbana, que se reduziram (Quadro 2).

¹ A primeira versão da Matriz de Responsabilidades, divulgada em fevereiro de 2010, estimava um gasto total de R\$ 17,2 bilhões, considerando apenas os 60 projetos de mobilidade urbana e de construção ou reforma de estádios nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Quadro 2 - Custo agregado e distribuição por tipo de obra

	Total (R\$ mi)	Estádios (% do total)	Mobilidade urbana (% do total)	Portos e Aeroportos (% do total)
TOTAL	22.897	35,0	35,0	30,0

Fonte: Resolução GECOPA 25 (nov. 2013)

Observação: (*) Cidades que receberam investimentos, mas não sediaram jogos.

Quadro 3 - Projeção do custo global e fonte dos recursos

Área	Gasto total estimado (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Recursos da União (R\$ mi)	Estados e Municípios (R\$ mi)	Setor Privado (R\$ mi)
Mobilidade urbana	8.024	4.378	18	3.628	0
Estádios	8.005	3.920	0	3.952	133
Aeroportos	6.281	0	2.663	0	3.618
Porto	587	0	581	6	0
Telecomunicações	404	0	404	0	0
Segurança	1.879	0	1.879	0	0
Turismo	180	0	163	17	0
Instalações complementares	209	0	0	209	0
TOTAL	25.569	8.298	5.707	7.813	3.751

Fonte: Resolução GECOPA 25 (nov. 2013)

As previsões de aplicação de recursos divulgadas no Portal da Copa (criado pelo Ministério do Esporte) vinham sendo constantemente recalculadas, conforme aumentavam custos ou projetos eram redimensionados/adiados. De acordo com estimativas oficiais (Quadro 3), em dezembro de 2013, o custo global com investimentos para a Copa já ultrapassava R\$ 25,5 bilhões².

Observando-se o Quadro 3, constata-se que além dos investimentos em infraestrutura mencionados, a Matriz de Responsabilidades abrange gastos com obras nas áreas de Telecomunicações (R\$ 404 milhões), Segurança Pública e

² No Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, a Matriz de Responsabilidades Consolidada divulgada em julho de 2013 apontava um gasto total de R\$ 26,6 bilhões.

Defesa (R\$ 1,9 bilhão) e Desenvolvimento Turístico (R\$ 180 milhões). Conjuntamente, adicionam mais R\$ 2,7 bilhões ao custo global da Copa.

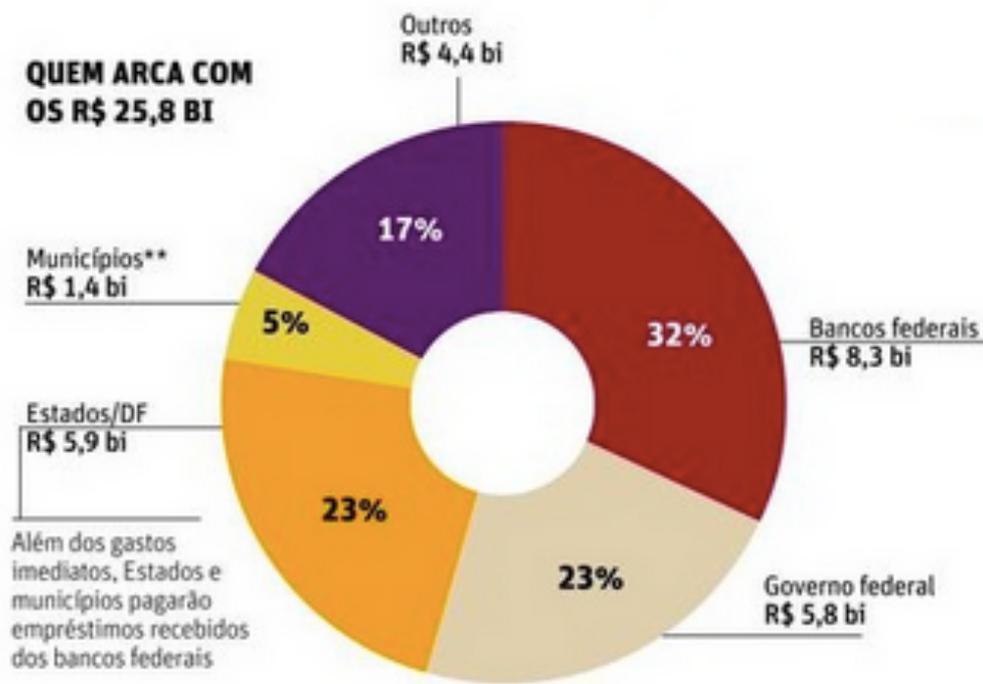
Analisando o Quadro 3, constata-se que 22% (R\$ 5,7 bilhões) do custo global projetado foram atribuídos à União; 32,5% (R\$ 8,3 bilhões) foram financiados pelo governo federal através do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do BNB; 30,5% (R\$ 7,8 bilhões) pelos estados e municípios e apenas 15% (R\$ 3,8 bilhões) provenientes da iniciativa privada³. Com isso, o setor público foi responsável por mais de 80% dos gastos previstos.

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo e do Valor Econômico, os R\$25,8 bilhões a serem gastos pelos governos Federal, Estadual e Municipal com a realização da Copa do Mundo (como constam na previsão oficial) representam apenas uma pequena parcela das despesas públicas anuais. Por exemplo, representam apenas 9% das despesas anuais em educação (R\$280 bilhões) e 13% do gasto público anual em saúde (R\$206 bilhões). Na lista de grandes empreendimentos, a Copa custará o triplo do que se planeja gastar na transposição do rio São Francisco, e se aproxima dos R\$30 bilhões das obras da usina de Belo Monte (PA), considerada a maior obra de infraestrutura financiada pelo governo Dilma Rousseff.

O grande questionamento desses gastos se encontra na parcela destinada aos estádios - na casa dos R\$8 bilhões, já que inicialmente o custo total era de R\$5,9 bilhões (aumento de 36%), sendo que apenas o estádio Mané Garrincha (Brasília) foi de R\$745 milhões para R\$1,4 bilhão.

³ Em 2012, estava prevista uma alocação maior de recursos provenientes do setor privado, da ordem de R\$ 4,2 bilhões.

Gráfico 2 – A divisão dos 25 bilhões



Fonte: Folha de São Paulo

Observando-se o gráfico acima, pode-se inferir que dois terços dos gastos foram compartilhados pelos três diferentes níveis de governo — Federal, Estadual, Municipal e que o outro terço dos gastos foi realizado com base em empréstimos dos bancos públicos, que serão amortizados com receita futura das arenas construídas ou reformadas.

3.2.3 Estudos *Ex-Ante*

Assim como ocorreu na África do Sul e no Japão e Coreia do Sul, estudos encomendados pelas entidades a favor da realização da Copa do Mundo mostraram-se extremamente otimistas.

O primeiro estudo ex-ante a ser analisado foi realizado em 2010 pelo consórcio contratado pelo Ministério do Esporte, o Consorcio Copa 2014, no qual a principal empresa era a consultoria Value Partners. Foram considerados

investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014, portanto mensurados nesse estudo, tanto aqueles que decorreram exclusivamente do evento (por exemplo, estádios) como aqueles que tiveram sua implementação acelerada/adiantada (por exemplo, aeroportos). Tal conceito também foi adotado na avaliação de impacto econômico da Copa em outros países, conferindo a esse estudo uma comparabilidade com estudos anteriores.

Foi estimado que os impactos potenciais na economia brasileira advindos da realização da Copa poderiam chegar a R\$ 183,2 bilhões, sendo R\$ 47,5 bilhões (26%) de impactos diretos e R\$ 135,7 bilhões (74%) de impactos indiretos (efeito multiplicador). Estima-se que o investimento total em infraestrutura poderia chegar a R\$ 33 bilhões, sendo R\$23 bilhões no setor civil e R\$10 bilhões no setor de serviços. Além disso, seriam criados 330 mil empregos permanentes e 380 mil temporários, enquanto que no setor de turismo o aumento no faturamento seria de R\$ 9,4 bilhões, divididos entre os 600 mil turistas estrangeiros e os 3,1 milhões de turistas nacionais. Haveria um aumento no consumo das famílias na casa dos R\$5 bilhões e, em relação a arrecadação adicional de tributos, essa seria na casa dos R\$16,8 bilhões, sendo 63% federais. Dessa forma, a Copa do Mundo traria um incremento médio anual do PIB de 0,26% entre 2010 e 2014, podendo chegar a 0,40% entre 2010 e 2019.

Segundo o estudo, investimentos em infraestrutura é a variável com maior valor (R\$ 33 bilhões) e influência nos impactos diretos, já que além de diretamente contabilizada no PIB são investimentos com alto potencial de geração de empregos, tributos e grande importância na posterior recirculação do dinheiro (efeito multiplicador). (VALUE PARTNERS BRASIL, 2010; PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

O impacto indireto foi medido por meio dos multiplicadores específicos para cada setor, sobretudo em 3 setores da economia: infraestrutura, consumo e turismo e que foram observados em Copas anteriores. Dessa forma, tem-se para infraestrutura (impacto na economia resultado do investimento em infraestrutura para receber o evento) um multiplicador de 2,67, para o consumo (incremento de consumo gerado por nova renda das famílias) e para o turismo (bens e serviços de produção ativados pelo aumento no turismo) de 3,75. Para empregos calculou-se

um multiplicador de 15 novos empregos gerados para cada R\$1 milhão de impacto direto. Levando-se em consideração um multiplicador médio global da economia, tem-se 2,73. Para chegar-se no cálculo dos impactos indiretos foram levados em consideração para aplicação na metodologia os fatos de que o alcance temporal dos impactos indiretos ser um pouco maior que os diretos, do estímulo as atividades econômicas de outros setores serem induzidos pelos efeitos diretos e, por fim, do multiplicador utilizado ser proporcional a quantidade circulada.

O estudo realizado pela consultoria Value Partners claramente utiliza de premissas pouco reais e, com isso, chega a resultados bastante otimistas, principalmente pelo fato de tomar como base outros países para a obtenção dos multiplicadores. Dessa forma, tem-se um multiplicador global da economia de 2,73, enquanto que no estudo feito por Manuel Pires, tal multiplicador deve ficar entre 1,4 e 1,7, o que leva a resultados exagerados. Uma outra premissa que se mostra exagerada é o total de gastos em infraestrutura, que, segundo o estudo, poderiam chegar a R\$33 bilhões, quando na verdade, foram de R\$25,9 bilhões.

Um outro estudo realizado em uma parceria entre consultoria Ernst & Young Brasil e a FGV Projetos desenvolveu um modelo de Insumo-Produto Estendido, baseado na Matriz Insumo-Produto (MIP) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para capturar a totalidade dos efeitos multiplicadores. O modelo representa a economia brasileira por meio de 55 atividades econômicas, 110 categorias de produtos e 10 perfis de renda/consumo da população, e permite estimar os impactos totais (diretos, indiretos e induzidos) das atividades relacionadas à Copa sobre a produção nacional, emprego, renda, consumo e arrecadação tributária. O estudo utiliza a premissa de que Como a Copa do Mundo é um evento pontual, uma parte de seus impactos sistemáticos não será permanente. De fato, uma vez concluídos os investimentos e realizada a Copa, a continuidade dos impactos positivos dependerá da capacidade dos *stakeholders* (agentes envolvidos) em aproveitar as oportunidades e os legados do evento. Por esse motivo, a avaliação realizada na primeira parte deste estudo é limitada ao período 2010-2014.

Segundo o estudo, a economia “deslanchará como uma bola de neve”, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na

concretização do evento e impactar diversos setores, acarretando em um impacto final na economia na casa dos R\$ 142,4 bilhões entre os anos de 2010 a 2014. Tal impacto seria composto por um aumento da demanda final de R\$ 29,6 bilhões (21%) (dos quais R\$ 22,5 bilhões em investimentos, R\$ 1,2 bilhões em gastos operacionais e R\$ 5,9 bilhões em despesas de visitantes) bem como por um impacto derivado sobre a produção nacional de R\$ 112,8 bilhões (79%). Estima-se que, entre os anos de 2010 e 2014, poderiam ser criados 3,6 milhões de empregos-ano (postos de trabalho com duração de um ano) e que a arrecadação de tributos decorrente desses desdobramentos atingiria o valor de R\$ 18,1 bilhões. Em termos de impacto direto, este seria na casa dos R\$64,5 bilhões no período 2010-2014, valor que corresponde a 2,17% do valor estimado do PIB de 2010, de R\$2,9 trilhões. (ERNST & YOUNG; FGV, 2010).

A previsão a Ernst & Young; FGV (2010) estima que os setores mais beneficiados pela Copa do Mundo serão os de construção civil, alimentos e bebidas, serviços prestados às empresas, serviços de utilidade pública (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) e serviços de informação. Em conjunto, todas essas áreas deverão ter sua produção aumentada em R\$ 50,18 bilhões.

O estudo ainda estima que as despesas de turistas gerarão um impacto na casa dos R\$6 bilhões. Tomando-se como base a suposição do Ministério do Turismo que o país receberia 600 mil visitantes estrangeiros para a Copa e um multiplicador do gasto igual a 2 para medirmos os impactos indiretos, cada turista teria que gastar em torno de R\$5 mil (equivalentes a US\$2,5 mil pela taxa de cambio US\$1,00 = R\$2,00) para chegar-se no impacto previsto. Entretanto, analisando os dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2010, a media do turista estrangeiro que veio ao Brasil para eventos foi de US\$119 por dia (FIPE, 2011). Aplicando-se o mesmo valor durante a Copa, chega-se a conclusão de que o tempo médio de permanência do turista no país teria de ser mais longo (cerca de 42 dias).

No que tange os impactos do turismo, observa-se o fato de que o estudo subestimou o resultado verificado, já que segundo o Ministério do Turismo, os gastos dos turistas no país responderam pelo ingresso de quase U\$ 7 bilhões no ano de 2014, enquanto que o estudo previu R\$6 bilhões.

No entanto, nota-se que um viés demasiadamente otimista e exagerado no que tange os demais impactos, principalmente por utilizar um multiplicador igual a 5, chegando a um impacto final de R\$142,4 bilhões, enquanto órgãos como a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) estimaram um impacto total de apenas R\$30 bilhões.

Dessa forma, é possível observar que ambos os estudos parecem ser exageradamente otimistas em suas projeções. O problema pode ser resumido nas seguintes constatações: i) não levar em consideração a gestão dos custos, considerando todos os gastos como geradores de benefícios; ii) desconsiderar custos de oportunidade; iii) usar critérios pouco convincentes para a construção do multiplicador; e iv) desconsiderar os efeitos substituição, vazamento e *crowding out*⁴ para o cálculo dos impactos esperados (OLIVEIRA DA SILVA, 2011).

Uma metodologia frequentemente utilizada nos estudos de impactos de eventos esportivos é a análise de Insumo-Produto, que pode estimar os efeitos diretos e indiretos desses eventos na economia. Alguns autores consideram, entretanto, que os efeitos multiplicadores obtidos superestimam os efeitos reais, pois a metodologia utiliza hipóteses de oferta ilimitada de fatores de produção, não lida com os efeitos de substituição nem custos de oportunidade. Além disso, haja vista que os multiplicadores estão baseados numa estrutura de produção vigente da economia, não capta as mudanças que a realização do evento esportivo pode provocar nas relações produtivas. Existem também casos em que o método de insumo produto não é capaz de captar certos vazamentos durante o evento esportivo (e.g. lucros ganhos pelo evento pode não fluir para a economia local, mas para os acionistas estrangeiros) (Barclay, 2009; Madden, 2006; Porter, 1999).

Um terceiro estudo desenvolvido pela Cedeplar, da Universidade de Minas Gerais (UFMG) faz a análise dos impactos nacionais dos investimentos da Copa de 2014 por meio de simulações com um modelo de equilíbrio geral computável (EGC). O modelo EGC utilizado neste trabalho é o IMAGEM-B (Integrated Multi-regional Applied General Equilibrium Model - Brazil). O modelo apresenta uma especificação regional integrada: trabalha explicitamente com os 27

⁴ O efeito *crowding-out* corresponde a uma redução no volume de investimento privado (e de outros componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro), sempre que o Estado aumenta a despesa pública.

estados da federação e também produz resultados para os 5507 municípios. O comportamento dos agentes é modelado a nível estadual (regiões endógenas), e neste sentido, os resultados nacionais são agregações dos resultados estaduais.

Dessa forma, tomando como base o orçamento inicial divulgado pelo Ministério do Esporte, cujos dados previam: gasto total com investimento para a Copa de cerca de R\$ 15,4 bilhões, dos quais (R\$ 10,1 bilhões com infraestrutura, R\$ 5,3 com estádios) – chegou aos seguintes resultados gerais (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011; PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014):

- o impulso estimado dos investimentos decorrentes da Copa no Brasil é de aumento de 0,7% no PIB e de 0,5% no nível de emprego, relativamente a um cenário em que este megaevento não ocorresse. O efeito multiplicador dos investimentos é ligeiramente inferior a 1 (0,92). Este efeito positivo sobre o PIB reflete os ganhos de produtividade associados às melhorias da infraestrutura urbana;
- considerando o tamanho relativo das economias dos 12 Estados, 26% do efeito da Copa recairão sobre São Paulo, 13,7% sobre Minas Gerais, 13,5% sobre o Amazonas, 9,6% sobre o Rio de Janeiro, 8,7% sobre a Bahia e 7,9% sobre Pernambuco. Os impactos dos investimentos previstos se concentrarão nos Estados com estrutura produtiva mais complexa e integrada. Em termos gerais, o efeito dos investimentos da Copa será próximo de 1 (cada R\$ 1,00 investido tende a gerar cerca de R\$ 1,00 de efeito econômico adicional);
- as cidades-sede registrarão um crescimento médio de 1,2% do PIB municipal e do emprego, o que vai representar um acréscimo médio de R\$ 14,7 bilhões nas economias municipais com o equivalente a 158 mil postos de trabalho gerados;

- os investimentos da Copa teriam um impacto mais positivo se houvesse maior participação do setor privado e não provocassem uma realocação do gasto público. Quanto maior o uso de dinheiro público no financiamento dos investimentos, menor a capacidade de dinamizar a economia:

[...] o impacto econômico tende a diminuir com o financiamento público para as obras de estádios de futebol, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 430).

Segundo o estudo do Cedeplar, o saldo tende a ser positivo, mas, ficará muito aquém das projeções mencionadas pela *Value Partners* e *Ernest & Young* e FGV.

Com isso, observa-se que o estudo feito pela Cedeplar é mais condizente com a realidade e bem menos otimista que os estudos feitos pela *Value Partners* e *Ernst & Young/FGV*. O multiplicador próximo a 1 retrata de maneira similar o multiplicador de Manuel Pires.

3.3 Os Impactos Econômicos – Análise *Ex-Post*

De acordo com Alvarenga (2014), para inferir o impacto real da Copa do Mundo na economia brasileira ainda será necessário algum tempo. Para consultorias e analistas inqueridos pelo G1, apesar das promessas do governo de que o evento geraria milhares de empregos e ajudaria a impulsionar o crescimento, o Mundial teve efeito praticante nulo ou insignificante para a economia. De acordo com o economista Celso Toledo, da consultoria LCA citado por Alvarenga (2014):

A Copa é um evento que aumenta muito o bem-estar, mas tem impacto meio irrelevante na economia, sobretudo em países grandes como o Brasil. Se teve algum efeito, minha análise é que foi negativo. Foi como se tivéssemos tido um grande feriado prolongado. E se o país trabalhou menos, também produziu menos.

Na opinião do economista Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada da FGV-SP, o efeito Copa ao término do ano deverá somar zero. “O país parou por vários dias. A produção caiu, as vendas no varejo caíram, mas as pessoas também se planejaram para fazer antes ou depois o que fariam

durante a Copa. Muitos setores adiantaram o início do semestre, outros vão ter agora um dezembro mais longo. Mas ao fim do ano o efeito deve somar zero.”

Com o evento esportivo, R\$ 30 bilhões devem ser injetados na economia, segundo estimativa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para o governo. O valor equivale a cerca de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O cálculo da Fipe partiu do impacto econômico da Copa das Confederações, realizada há um ano em seis cidades, que acrescentou R\$ 9,7 bilhões ao PIB. Levam-se em conta efeitos diretos e indiretos do torneio, investimentos públicos e privados em infraestrutura, gastos de turistas e do comitê da Fifa.

Para o Banco Itaú, o torneio deve incrementar o PIB entre 1% e 1,5% – efeito que começou em 2011, com o início das obras e que geraram emprego e renda no país.

O placar final do impacto na economia, ainda no campo das projeções de analistas, está próximo do que ocorreu em outros países que sediaram o evento desde 1982.

Por outro lado, segundo relatório da agencia de classificação de risco Moody's (2014), enquanto os R\$ 25,8 bilhões em despesas planejadas para os estádios de futebol e melhorias em aeroportos, portos e mobilidade urbana são positivos para os fornecedores locais de infraestruturas, o montante responde por apenas 0,7% do investimento planejado total no Brasil para o período de 2010-2014, sendo que para Estados e cidades-sedes, as estimativas oficiais dos gastos relacionados à Copa do Mundo variam de apenas 0,25% até 12,65% das receitas fiscais esperadas em 2014. Ainda segundo o relatório da Moody's, "o evento de 32 dias irá gerar aumentos de curta duração das vendas, sendo improvável que afetem consideravelmente lucros, além disso interrupções associadas ao tráfego, aglomeração de pessoas e dias perdidos de trabalho vão ter efeitos negativos sobre os negócios".

Ao comparar o desempenho de nove países, Bráulio Borges, economista da LCA Consultores, concluiu que o PIB teve aceleração de um ponto percentual, em média, no ano da Copa e arrefecimento de 0,5 ponto percentual no ano seguinte.

Para o levantamento, ele comparou o crescimento do PIB no ano anterior ao do torneio com a variação nos dois anos seguintes em oito Copas. Isso ocorreu em sete países: Espanha, EUA, França, Coreia do Sul, Japão, Alemanha e África do Sul. Só não ocorreu no México e na Itália.

Pelos últimos dados, considera-se que as despesas com infraestrutura somem R\$ 22,5 bilhões; as operacionais, R\$ 1,2 bilhão; e os gastos de turistas, R\$ 6 bilhões.

Para o professor Wilson Rabahy, da Fipe, os números não devem ficar longe disso. Mas, segundo ele, o que importa é o que virá após a Copa: "As obras já feitas devem gerar novos investimentos em regiões como a do Itaquerao (zona leste de SP), a do Mineirão (BH) e ao redor do Maracanã (RJ)". O destaque, segundo ele, é do setor de transporte terrestre e aéreo.

3.4 Gastos Provenientes do Turismo

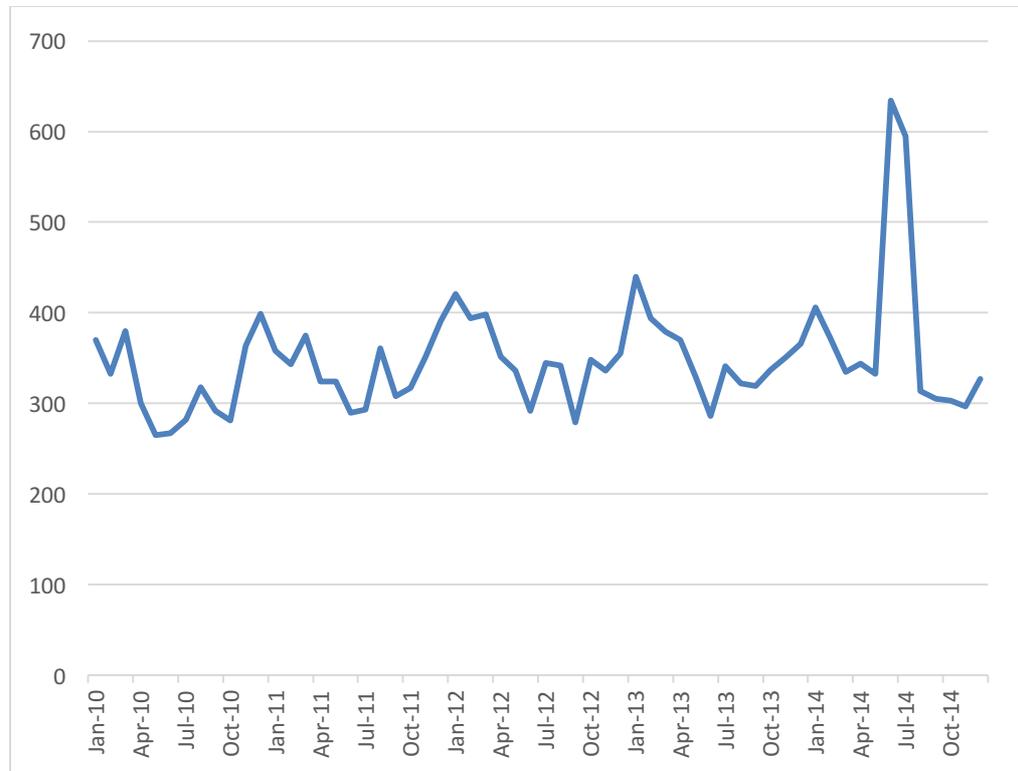
Com a realização da Copa do Mundo é esperado um elevado número de turistas no país, o que acarreta em gastos e, conseqüentemente, efeitos multiplicadores dissipados pela economia. Uma maneira de mensurar o tamanho real de tais gastos do país é analisando-se o tamanho de tais gastos no ano de 2014 e comparando-o a anos anteriores.

Segundo o BACEN, os gastos dos turistas no país responderam pelo ingresso de quase US\$ 4,5 bilhões, sendo US\$ 634 milhões apenas no mês de junho.

Os dados do Banco Central mostram que em junho e julho - meses de realização da Copa, os visitantes internacionais gastaram US\$ 1,2 bilhão no País, valor recorde que representou um aumento de 96% na comparação com igual período de 2013.

Observando-se o gráfico 3, que representa a receita mensal (em milhões) proveniente do Turismo (conta 2749 do BACEN) de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, ocorre um pico nos meses de junho e julho de 2014 - meses de realização da Copa do Mundo, o que reflete o elevado gasto dos turistas no país.

Gráfico 3 – Viagens internacionais - Turismo (receita) - mensal - US\$ (milhões)



Fonte: BACEN

3.5 Efeitos Setoriais

Efetuando-se uma análise dentre os setores, verifica-se a dificuldade de fazer um balanço sem ter dados concretos, o que resulta em diferentes interpretações por parte dos agentes envolvidos.

Segundo analistas, a economia do Brasil estaria ainda mais fraca, atualmente, se o país não tivesse sediado a Copa do Mundo. Ainda que o impacto do evento na economia seja considerado pequeno, a exemplo do que ocorreu em outros países, parte do setor de serviços e comércio viu, de forma pontual, a receita

aumentar com o Mundial. Esta estimativa foi feita por analistas, empresários e entidades de classe de 15 segmentos consultados.

O efeito da Copa em 14 segmentos da economia consultados pela Folha de S. Paulo foi avaliado de forma distinta por entidades empresariais que representam um mesmo setor.

O comércio, por exemplo. Se por um lado a Fecomercio-SP estima perda no varejo com os 64 feriados em dias de jogos nas 12 cidades-sede do torneio, por outro, lojistas que trabalham com itens relacionados ao torneio como artigos pessoais e televisores, previram uma receita adicional de R\$ 863 milhões, segundo a Confederação Nacional do Comércio.

"A venda de móveis pode ser afetada em uma rede, por exemplo, mas a de televisores, aumentou. Há uma compensação, no varejo, que deve ser considerada", diz Fernando de Castro, vice-presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que representa 56 empresas varejistas de dez diferentes segmentos.

O mesmo ocorre com o setor de hotelaria. Enrico Ferme, presidente da Associação da Indústria de Hotéis (ABIH), avalia que a ocupação dos hotéis nas 12 cidades-sede aumentou, em média, entre 6% e 8% durante o evento. Já em São Paulo, que depende do turismo de negócios, a taxa ficou abaixo da média com o cancelamento de eventos naquele ano.

A visibilidade que o país ganhou tem de se transformar em receita não pontual, mas a longo prazo, diz o professor Mauro Rochlin, da FGV. "A Espanha conseguiu mudar o patamar de seu turismo após sediar a Olimpíada, em 1992. Passou de 10 milhões de turistas por ano para 20 milhões. Esse é o desafio que está posto ao Brasil".

Na construção civil, R\$ 35 bilhões foram movimentados desde 2007, quando o Brasil foi anunciado para sediar a Copa de 2014, segundo dados de sindicatos dessa área. Apesar dos efeitos positivos no caixa de parte das empresas do setor, os impactos, muitas vezes, não se estendem pela cadeia produtiva.

A indústria de máquinas já informou que as obras de estádios não foram suficientes para reverter a retração do setor. "Enfrentamos queda cavalariça de produção", diz Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). As vendas de máquinas e equipamentos no mercado interno caíram 30% entre janeiro e maio de 2014 quando comparado a igual período de 2013. O faturamento decorrente de encomendas ligadas à Copa representou menos de 5% do faturamento do setor nos últimos anos.

No setor de transporte, as empresas que atendem linhas de ônibus que ligavam as cidades-sede da Copa tiveram aumento de 20% no número de passageiros, segundo Paulo Porto Lima, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI), associação que representa o setor.

Na indústria têxtil, o Mundial não foi capaz de atenuar a perda de competitividade do setor. A expectativa de que aumentaria a demanda por camisetas foi frustrada, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), associação que reúne a indústria têxtil e de confecção. A produção do setor encolheu em abril e maio e a importação de camisetas mais que dobrou de janeiro a maio de 2014 em relação a igual período de 2010, quando ocorreu a Copa da África do Sul.

Figura 2 – Desempenho dos diversos segmentos



Fonte: ABRASEL, FGV, IDV, ANFAVEA, GFK, FOHB, CervBrasil (Dezembro de 2014)

Na análise por setores, entretanto, houve quem faturou com a Copa, sobretudo os segmentos ligados ao turismo e lazer, como hotéis e bares. Destaque para os bares e eletrônicos (televisores), que tiveram uma alta de 25% e 100% nas vendas, respectivamente. Como destaque negativo, temos a indústria e o setor automotivo, principalmente por conta da grande quantidade de feriados e dias parados, conforme Figura 2.

Se analisando os setores verifica-se que apenas alguns foram favorecidos pela realização da Copa do Mundo, por outro lado tem-se a FIFA como grande beneficiada, repetindo o que aconteceu na Copa da Alemanha. Segundo a ESPN, a Copa do Mundo no Brasil, contando o período entre 2011 e 2014, gerou receitas de

US\$ 4,8 bilhões, ou cerca de R\$ 15,6 bilhões, com um lucro de US\$ 2,6 bilhões, ou R\$ 8,4 bilhões, sendo que, graças a uma lei de isenção criada pelo governo federal para a Copa do Mundo, nada foi revertido em impostos.

3.6 Legados Culturais e de Infraestrutura

A estrutura em torno da organização da Copa do Mundo de 2014 contou com uma aliança de todas as esferas envolvidas. Foram 29 órgãos do governo federal, 90 órgãos públicos locais e 2.200 gestores públicos e privados, participando, ao todo, de 277 reuniões de alinhamento e ajustes dos planos operacionais (BRASIL/Min. do Esporte, 2014). “Sem integração, não funciona. Nenhuma entidade vai fazer um evento desse tamanho, sozinha”, acrescentou Ricardo Trade, diretor executivo do Comitê Organizador Local (COL).

De acordo com dados do Ministério dos Esportes, um dos legados de fácil reconhecimento é a construção e reforma dos 12 estádios. “A melhoria nos estádios é o que faltava para impulsionar o nosso futebol. Além disso, hoje temos estruturas de alimentação e transportes no entorno. O Maracanã, por exemplo, é um dos pontos mais visitados do Rio de Janeiro e do Brasil. As arenas têm museus, restaurantes e recebem visitas. Viraram pontos de lazer para as pessoas”, exemplifica o gerente geral de operações de estádios do COL/FIFA, Tiago Paes (BRASIL/Min. do Esporte, 2014).

Quanto aos benefícios de um legado esportivo, contudo, vão muito além dos números concretos e dos valores investidos em cada estádio. “Existe também o legado que ainda não conseguimos mensurar, como o aprendizado que a Copa deixou. Foram realizados, por exemplo, quatro seminários sobre preparação e manutenção de gramados, com a participação de quase 500 pessoas. Além disso, a entrada dos atletas em campo passou por mudanças após a Copa e isso já está sendo posto em prática no Campeonato Brasileiro”, disse o gerente de competição e serviços do COL/FIFA, Frederico Nantes (BRASIL/Min. do Esporte, 2014).

Neste contexto, Blumenschein e Navarro (2013) tecem os seguintes comentários:

O aprendizado institucional e técnico ao longo dos diversos agentes públicos e privados em função destas pressões evolutivas constitui um importante legado potencial sobre a eficiência microeconômica da economia brasileira (BLUMENSCHIEI; NAVARRO, 2013, p. 84).

No quesito da mobilidade urbana, observa-se que “em São Paulo, 95% das pessoas usaram o metrô e o trem para ir aos jogos no Itaquerão e foi possível dar uma nova cara à região. Além disso, há uma obra de ligação entre Congonhas e o estádio do Morumbi”, afirmou Clodoaldo Pelissioni, secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

As telecomunicações viveram grandes desafios durante a Copa do Mundo, com 12 cidades distantes interconectadas por fibra ótica com uma velocidade de 8k. “Os estádios representaram um enorme esforço porque estariam reunidas de 50 a 70 mil pessoas querendo publicar na internet ao mesmo tempo em que havia a transmissão dos jogos”, explicou o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Genildo Lins, destacando ainda que a competição foi um catalisador para a conexão 4G.

No capítulo III analisou-se isoladamente o caso brasileiro, abordando desde o momento em que foi confirmada a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2007, até a análise ex-post dos impactos econômicos, setoriais, culturais e de infraestrutura ocasionados pela realização de tal megaevento, abordando também outros tópicos, como a composição do comitê de organização do evento, as alterações na legislação visando sua realização, a alocação (infraestrutura, estádios, aeroportos etc) e proveniência dos investimentos (setor público, setor privado, PPPs etc), bem como os estudos feitos anteriormente à realização do evento.

O capítulo III, junto aos demais capítulos, dá maior embasamento para buscar uma conclusão no que diz respeito a realização de megaeventos esportivos, e corroboram para que a hipótese do presente trabalho seja comprovada ou não.

CONCLUSÃO

A hipótese central desta pesquisa é a ideia de que os megaeventos esportivos realizados em território brasileiro (principalmente a Copa do Mundo de Futebol) ocasionaram impactos econômicos significativos em alguns setores da economia e negativos em outros, pois tendem a beneficiar apenas setores específicos do comércio e a prejudicar a indústria nacional. No campo macroeconômico, os impactos ainda são de difícil mensuração pois, como o evento foi realizado há pouco tempo, não existem fatos concretos e estudos que os comprovem.

O objetivo do presente trabalho é, a partir da literatura, mapear os impactos econômicos de varias naturezas advindos da realização dos megaeventos esportivos, sejam eles macroeconômicos, setoriais, ou na conta de viagens internacionais do balanço de pagamentos.

No capítulo I foi feita uma introdução e estudo teórico a fim de tratar da questão do investimento e da intervenção governamental na economia de forma generalizada, bem como da demanda agregada, da demanda efetiva e do multiplicador do investimento.

No capítulo II foram analisados os eventos ocorridos em anos anteriores, tais como a Copa do Mundo da Coreia do Sul e Japão, em 2002, a Copa do Mundo da Alemanha, em 2006 e a Copa do Mundo na África do Sul, em 2010. Na Coreia do Sul o turismo não sofreu nenhum impacto, apesar do fenomenal investimento em infraestrutura, permanecendo inalterado o número de visitantes no ano de 2014, que foi de 460 mil na temporada de verão de 2001. Na Alemanha, a Copa gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos, sendo a maior parte deles temporários, o que representa parcela pouco significativa do mercado de trabalho alemão, cujo número era de 40 milhões de trabalhadores no ano de 2006. Por se tratar de um país de elevado nível de desenvolvimento e com uma infraestrutura já bastante completa, a Copa não trouxe resultados muito significativos para a Alemanha. Em um olhar mais subjetivo, a Copa do Mundo de Futebol serviu para reforçar a identidade nacional e o orgulho cívico, assim como a imagem do país no exterior.

Na África do Sul, em 2010, no que tange à geração de empregos, a previsão inicial era que seriam gerados 695 mil novos postos de trabalho, sendo a grande parte de temporários. Destes, esperava-se que seriam conservados 280 mil, em 2010. Com o advento da crise, o que se observou foi uma redução de 627 mil postos de trabalho (o que representava 4,7% do total) no trimestre, imediatamente anterior à Copa. No setor de construção civil, os empregos foram extintos tão logo concluídos os projetos. Dos 10 estádios construídos, apenas um deles consegue gerar ganhos que cobrem os seus custos de manutenção; todos os demais são custeados pela máquina pública. Saindo do âmbito econômico, pode-se observar que a Copa contribuiu com a percepção internacional para com a África do Sul, impulsionando o turismo e gerando um sentimento de orgulho nacional.

No caso brasileiro, constata-se que 22% (R\$ 5,7 bilhões) do custo global projetado foram atribuídos à União; 32,5% (R\$ 8,3 bilhões) foram financiados pelo governo federal através do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do BNB; 30,5% (R\$ 7,8 bilhões) pelos estados e municípios e apenas 15% (R\$ 3,8 bilhões) provenientes da iniciativa privada. Tratando-se dos gastos do governo, observa-se que esses representam apenas uma pequena parcela das despesas públicas anuais.

Na análise setorial observa-se segmentos que tiveram um ganho significativo, principalmente os ligados ao turismo e lazer, como hotéis, bares e eletrônicos. Por outro lado, a indústria manteve a trajetória de queda, por conta da grande quantidade de feriados e dias sem atividade.

Em relação à conta de viagens internacionais dentro do balanço de pagamentos, tem-se um impacto significativo: os visitantes internacionais gastaram, nos meses de realização da Copa do Mundo, US\$ 1,2 bilhão no país, o que representou um aumento de 96% na comparação com igual período de 2013.

Além dos números, há também outros legados deixados pelo evento, com destaque para os setores de infraestrutura, cultural e esportivo, como a construção e reforma dos 12 estádios, o aprendizado sobre a manutenção dos gramados, e a mobilidade urbana.

Dessa forma, observa-se resultados pontuais com a realização da Copa do Mundo, principalmente em alguns setores da economia, de infraestrutura e no balanço de pagamentos. Por outro lado, por se tratar de um evento recém realizado, não há, ainda, dados suficientes para se ter uma avaliação concreta que permita comparar o que foi retratado em estudos ex-ante com o que se deu no ex-post.

Portanto, após a realização da Copa, devido à falta de informações e consequentes falta de avaliações concretas sobre os impactos macroeconômicos ex-post, tem-se, como a grande vencedora do evento, a FIFA, que saiu do país com uma receita (livre de impostos) estrondosa e praticamente nenhum ônus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Roberto. Keynes, Investimento e política fiscal na crise. **III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, realizado entre 11 e 13 de agosto de 2010.

ALVERGA, Carlos Frederico Rubino Polari de. **A intervenção do Estado na economia por meio das políticas fiscal e monetária: uma abordagem keynesiana**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2.714, 6 dez 2010.

ALVES, Thaís; VERÍSSIMO, Michele. **Política monetária, crise financeira e Estado: uma abordagem keynesiana**. Perspectiva Econômica, v.6, n.1, p. 16-36 jan/jun 2010.

BRENKE, K.; WAGNER, G. G. **The soccer world cup in Germany: a major sporting and cultural event - but without notable business cycle effects**. DIW Berlin Weekly Report. v. 2, n. 3, p. 23-31, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n.3, p.5-24, jul./set. 2006.

BRUE, STANLEY L. **História do pensamento econômico**. Trad. Luciana Penteadó Miquelino. 6.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 416-58, 2005.

COELHO, Daniel Simões. **Teorias keynesianas**, 2008.

Dillard, Dudley. **“A Teoria Econômica de John Maynard Keynes”**, Editora Pioneira, São Paulo, 1.989.

FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. **An introduction to the sociology of sports mega-events**. 2006

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KEYNES, John Maynard. **The end of laissez-faire.** Amherst, New York: Prometheus Books, 2004.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money.** Nova York: Harcourt, Brace and World, 1936.

KIM, Hyun Jeong; GURSOY, Dogan; LEE, Soo-Bum. **The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games.** Revista Internacional Tourism Management Vol. 27, Issue 1, p 86-96, Feb. 2006.

LOPES, Mariana de Lourdes Moreira. **O predomínio da política monetária sobre a política fiscal: uma crítica pós-keynesiana.** [Monografia] **14º Prêmio Tesouro Nacional.** Brasília, 2009.

MAENING, W; ALMERS. **South Africa 2010: Economic scope and limits.** Hamburg Contemporary Economic Discussions, n. 21, Hamburg, 2008.

MATHESON, V; BAADE, R. **Mega-sporting events in developing nations: playing the way to prosperity?** South African Journal of Economics, v. 72, no. 5, pp 1084-1095, December 2004.

Ministerio do Esporte (2010): **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**

MOURA, Guilherme, “**Multiplicadores Fiscais e Investimento em Infraestrutura**”, Rev. Bras. Econ. vol.69 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

PILLAY, U.; BASS, O. **Mega-events as a response to poverty reduction: the 2010 FIFA World Cup and its urban development implications.** Urban Forum, v.9, n.3, p. 329-346, 2008.

PREBISCH, Raul. **Introducción a Keynes.** 2.ed. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, México, 1951.

PRONI, Marcelo Weishaupt; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C. **Leitura econômica dos jogos olímpicos: Financiamento, organização e resultados.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.

PRONI, Marcelo Weishaupt; FAUSTINO, Raphael Brito; SILVA, Leonardo Oliveira da. **Impactos econômicos de megaeventos esportivos**. 2014

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia**. Ed. rev. e ampliada. Tradução: Sara R. Gedanke. São Paulo: Pearson Education, 2000.

SCHIMMEL, K. S. **Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas (Major sport events: challenges and outlook)**. Coordenação de Paulo Cesar Montagner e Pedro A. Funari. Belo Horizonte: Unicamp, 2013. (Coleção CEAv Esporte)

SINGER, Paul. **O que é economia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

STIGLITZ, Joseph E.; GREENWAL, Bruce. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. Francis, 2004.

VASCONCELOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENÂNCIO, Alberto Filho, “**A intervenção do Estado no domínio econômico**”, Editora Renovar, Rio de Janeiro, 1.998

ZIMBALIST, Andrew. **Is it Worth it? Finance & Development**. 2010

Site: http://espn.uol.com.br/noticia/494089_com-copa-fifa-fatura-bilhoes-e-paga-so-17-em-impostos

Site: <http://www.bcb.gov.br/>

